



Europa.

**Revista do Conhecimento
para Jovens**



União Europeia

A revista «Europa — Revista do Conhecimento para Jovens» e o respetivo «Guia do Professor» estão disponíveis no sítio Internet:

europa.eu/teachers-corner/index_de.htm
bookshop.europa.eu

Comissão Europeia

Direção-Geral da Comunicação
Publicações
1049 Bruxelas
BÉLGICA

Manuscrito finalizado em maio de 2013

Texto: Eckart D. Stratenschulte, Academia Europeia de Berlim

A publicação «Europa — Revista do Conhecimento para Jovens» foi originalmente editada pela «aktion europa» (Governo Federal, Parlamento Europeu, Comissão Europeia) na Alemanha, tendo sido revisto e atualizado pela Comissão Europeia, Direção-Geral da Comunicação. O *layout* original foi concebido pela Zeitbild Verlag und Agentur für Kommunikation, Berlin/MetaDesign AG, Berlim. A série de fotografias com os jovens Alice, Jello, Patricia, Motian e Janette foi igualmente tratada pela Zeitbild.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2013

ISBN 978-92-79-29221-7

doi:10.2775/12311

56 páginas (21 X 29,7 cm)

© União Europeia 2013

Reprodução autorizada. Para a utilização ou reprodução de fotografias é necessário obter uma autorização direta dos titulares dos direitos de autor.

Europa.

Revista do Conhecimento para Jovens



Índice

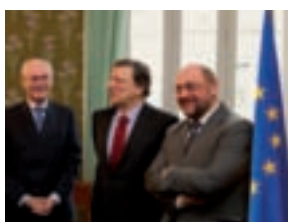
1 A Europa no dia-a-dia 4

Olá! Somos da Escola Secundária Robert-Jungk, de Berlim, e vamos guiar-vos através da revista.



2 Mas o que é, afinal, a União Europeia (UE)? 10

A União Europeia é composta por 28 Estados que decidiram traçar um destino comum.



3 Como funciona a União Europeia? 16

A UE é muitas vezes comparada com um Estado, mas a sua estrutura é totalmente diferente.

4 O que faz, afinal, a UE? 24

Algumas pessoas afirmam que a UE nunca faz o suficiente, outras alegam que se intromete em tudo. Quem terá razão?



5 A Europa avança — O alargamento da União Europeia 34

A União Europeia foi fundada por seis países, mas sempre pretendeu abranger toda a Europa, ou seja, manteve-se aberta a novos Estados-Membros.



6 A Europa no mundo 40

Nós, os europeus, não estamos sozinhos no mundo. Nem sequer somos, de forma alguma, a maioria da população mundial.

7 O futuro da Europa 46

O que se seguirá? A missão da UE no século XXI.



A Europa no dia-a-dia



«Olá! Somos a Alice, o Jello, a Patrícia, o Motian e a Janette da Escola Secundária Robert-Jungk, em Berlim, uma escola integrada (*Gesamtschule*), com turmas europeias de alemão e polaco. Voltarão a ver-nos nesta revista com algumas informações importantes. Em muitos pontos desta revista poderão encontrar exercícios interessantes, pequenos questionários e ideias para debates. Acreditem: aprender também pode ser divertido!»

A Europa não é aqui. Esta frase é obviamente absurda, dado que, como cidadãos da UE, a Europa é o nosso lar. Estamos mesmo no seio da Europa. Porém, para muitos a Europa é uma realidade distante, especialmente a União Europeia, ou seja, a união de países europeus que decidiram traçar um destino comum. O objetivo do presente capítulo é familiarizar-se um pouco mais com a União Europeia. E constatará rapidamente o seguinte: a Europa somos nós!

Exercício

A que distância fica «Bruxelas»?

Ouvimos diariamente falar sobre a União Europeia nas notícias ou lemos sobre ela nos jornais, mas há muitas pessoas que nem sequer se interessam pela UE. Na sua opinião, por que motivo isto acontece?

- A UE não é importante para a nossa vida.
- A UE é demasiado complicada. Os meios de comunicação social não nos informam o suficiente sobre a UE.
- Todas as questões relevantes são decididas nos Estados-Membros e não em Bruxelas ou Estrasburgo, pelo que é suficiente ocupar-se com a política nacional.
- A política é, em geral, aborrecida.

Exercício

E no seu caso em especial?

Eu interesso-me pela União Europeia:

- | | | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> muitíssimo, | <input type="checkbox"/> muito, | <input type="checkbox"/> medianamente, |
| <input type="checkbox"/> pouco, | <input type="checkbox"/> muito pouco, | <input type="checkbox"/> nada, |

porque _____



Breve questionário sobre a Europa

Quantos Estados-Membros tem a União Europeia?

- | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 12 | <input type="checkbox"/> 15 | <input type="checkbox"/> 25 |
| <input type="checkbox"/> 28 | <input type="checkbox"/> 30 | |

Como são eleitos os deputados do Parlamento Europeu?

- Não são eleitos, mas sim nomeados pelo respetivo chefe de Estado por proposta do chefe de Governo.
- Nas eleições parlamentares em cada Estado-Membro, uma vez que os deputados europeus são simultaneamente membros do respetivo Parlamento nacional.
- São destacados pelos parlamentos nacionais para o Parlamento Europeu.
- Em sufrágios universais e secretos, tal como os deputados do Parlamento no seu próprio país.

Quantos Estados-Membros da UE adotaram a moeda comum, o euro?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> todos os Estados-Membros | <input type="checkbox"/> os 6 Estados fundadores da UE |
| <input type="checkbox"/> 13 Estados-Membros | <input type="checkbox"/> 17 Estados-Membros |

Em 2013, a UE tem despesas que ascendem a cerca de 133 mil milhões de euros. Na sua opinião, que percentagem da produção económica dos Estados-Membros, ou seja do seu produto interno bruto (PIB), representa este montante?

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 80,9% | <input type="checkbox"/> 50,2% |
| <input type="checkbox"/> 15,3% | <input type="checkbox"/> 0,99% |

O Tribunal de Justiça da União Europeia vela pelo cumprimento da legislação europeia. Onde se situa a sede do Tribunal de Justiça?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> em Lisboa | <input type="checkbox"/> em Bruxelas |
| <input type="checkbox"/> em Estrasburgo | <input type="checkbox"/> no Luxemburgo |



Exercício

O que tem a UE a ver com a nossa vida?

Dez exemplos

A nossa vida	A relação com a UE	Na minha opinião isto é...		
		muito importante	importante	nada importante
O comércio interno europeu está cada vez mais desenvolvido. Além dos grandes grupos, também são beneficiadas as pequenas e médias empresas. Tudo isto contribui para garantir postos de trabalho .	Através da criação do mercado interno europeu com 500 milhões de pessoas, o comércio entre os países da UE aumentou de 800 mil milhões de euros em 1992 para 2,54 biliões de euros em 2010.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Telefonar tornou-se bastante mais barato nos últimos anos.	A UE liberalizou o mercado das telecomunicações, o que significa que os monopólios nacionais foram extintos e a concorrência autorizada. Sempre que a concorrência não funciona de uma forma eficaz, a UE intervém. Por exemplo, os telefonemas para o estrangeiro a partir dos telemóveis tornaram-se mais baratos por iniciativa do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Viajar de avião tornou-se igualmente mais barato nos últimos anos, permitindo a mais jovens e famílias com filhos comprar voos.	Neste caso, a UE também extinguiu os monopólios nacionais e autorizou a concorrência. Agora, é possível voar para a França, a partir da Turquia com uma companhia aérea britânica. Além disso, foram reforçados os direitos dos passageiros. Quem não for autorizado a embarcar devido a sobrelotação ou faltar a um compromisso devido a um grande atraso tem direito a uma compensação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A denominada « venda porta a porta », através da qual nos convencem a comprar uma enciclopédia ou um aspirador, pode ser anulada, para defender os interesses dos mais incautos. O mesmo é válido quando assinamos, na rua, uma subscrição de uma revista ou qualquer outro contrato.	A UE pôs cobro a esses negócios através de uma diretiva aplicável em toda a Europa. Agora, qualquer um pode reconsiderar um tal negócio, mesmo depois de já ter assinado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A nossa vida	A relação com a UE	Na minha opinião isto é...		
		muito importante	importante	nada importante
O período de garantia para produtos de consumo, como, por exemplo, aparelhos eletrónicos, compreende agora dois anos; ou seja: se um telemóvel se avariar passado um ano, será trocado ou reparado gratuitamente.	Através dos regulamentos da UE foi possível estipular prazos comuns. A garantia aplica-se em toda a Europa. Assim, é indiferente o Estado-Membro da UE em que o cliente adquiriu o produto.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A poluição ambiental não tem limites. Todos temos de respirar. Por conseguinte, a pureza do ar assume uma importância fundamental. Nos últimos anos, a qualidade do ar melhorou.	A UE introduziu normas vinculativas a nível europeu relativas à qualidade do ar, as quais têm de ser transpostas pelos Estados-Membros através de medidas concretas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A água existe para lavar. Mas não só: destina-se essencialmente a ser bebida. Por este motivo, a sua qualidade é determinante. Quem reside na UE, pode beber sem receio água da torneira.	Já existem, desde há dez anos, normas da UE relativas à água potável, as quais têm de ser observadas por todos os Estados-Membros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Viajar na Europa é atualmente muito simples. Entre a maioria dos Estados europeus, já não existem controlos fronteiriços.	Através do Acordo de Schengen, a UE suprimiu os controlos fronteiriços entre os Estados. Na prática, na UE, pode viajar-se desde o Cabo Norte até à Sicília sem um único controlo fronteiriço. Só a Grã-Bretanha e a Irlanda constituem uma exceção. Além disso, a Bulgária, a Croácia, a Roménia e Chipre ainda não aderiram ao Acordo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os cidadãos da UE podem trabalhar em muitos países da UE como se fosse no seu país de origem. Cada um é livre de decidir onde prefere estar e onde encontrar trabalho .	A UE estabeleceu a livre circulação no seu mercado interno. Um cidadão de Viena tanto poderá trabalhar em Roma, Londres ou Varsóvia como em Linz ou Innsbruck.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Infelizmente também se pode adoecer nas férias ou ter um acidente. Nesse caso, é bom poder receber tratamento médico gratuito facilmente, como se verifica em muitos países europeus.	Os Estados da UE disponibilizam reciprocamente a cobertura do seu sistema nacional de seguro de saúde. Basta apresentar o Cartão Europeu de Seguro de Doença ou um formulário correspondente — e podemos concentrar-nos na recuperação da saúde, em vez de nos debatermos com a burocracia numa língua que talvez nem sequer saibamos falar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Exercício

Quais as respostas dos seus colegas?

Avalie o resultado e discuta as suas opiniões!

Exercício

A UE na nossa casa

Pense no seu dia-a-dia e no dia-a-dia da sua família. Onde surge a UE? Encontre exemplos! Pense em géneros alimentícios e dinheiro, escola, estudos e viagens, compras e trabalho.



Formação e estudos na UE e no estrangeiro

► A liberdade de circulação não é apenas usufruída pelos trabalhadores, mas também por turistas, pensionistas, estudantes e formandos.

Relativamente aos estudantes, a mobilidade é promovida pelo programa «Erasmus» da UE. Este programa oferece aos estudantes o apoio financeiro e organizacional para uma estada no estrangeiro numa universidade parceira na Europa. Um sistema de pontos europeu garante que os resultados no estrangeiro sejam creditados ao curso no país de origem. Os semestres frequentados no estrangeiro não se dão assim por «perdidos».

Também para os formandos existe um programa especial da UE, denominado «Leonardo da Vinci», que promove a formação transfronteiriça na Europa através de apoio financeiro e organizacional. Anualmente, cerca de 75 000 jovens cidadãos da UE beneficiam deste programa e completam uma parte da sua formação noutro país. O programa colabora com empresas e instituições. Criam-se assim projetos aos quais os jovens (formandos, jovens trabalhadores e ainda jovens desempregados) se podem candidatar.

No início, talvez seja até necessário algum esforço para se aventurar num tal projeto noutro país. Mas as experiências adquiridas pelos jovens são muito positivas.

Alice: «No total, cerca de 2,5 milhões de estudantes e 300 000 docentes viveram, entre 1987 e 2012, durante um ou dois semestres noutro Estado-Membro da UE, no âmbito do programa Erasmus. Em 28 Estados da UE e em cinco outros países existem mais de 3 000 universidades que participaram na cooperação académica.»

Exercício

Consegue imaginar-se a passar um período de formação ou mesmo um ano do seu curso ou até frequentar todo o curso no estrangeiro?

Elabore uma lista com argumentos a favor e contra! Qual o lado com maior peso?

Argumentos a favor de um período de formação no estrangeiro:

Argumentos contra um período de formação no estrangeiro:

1.

1.

2.

2.

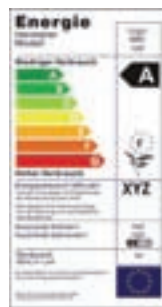
3.

3.

4.

4.

Compare e discuta os seus resultados!



Exercício

Símbolos europeus

Reconhece os símbolos e os objetos em seguida apresentados? Onde podem ser encontrados? Reflita sobre a respetiva relação com a Europa e com a nossa vida!

A Europa no dia-a-dia

► Começámos por perguntar por que motivo, para muitas pessoas, a Europa ainda parece uma realidade tão distante. Pessoas diferentes poderão ter motivos diferentes.

Se analisarmos com mais atenção, constatamos rapidamente que a Europa, mais precisamente a União Europeia, está, na realidade, muito perto, determinando a nossa vida em muitos domínios.

Desde logo, no que respeita ao dinheiro: o euro é uma moeda comum, que ainda não foi adotada por todos os Estados, mas já o foi por mais de metade. De férias na Áustria, em França ou em Espanha, por exemplo, podemos pagar com a nossa moeda comum. Mas também nos países em que o euro não é a moeda nacional, esta moeda é assumida como uma divisa internacional forte. Com o euro, somos bem-vindos em todo o mundo.

O facto de hoje se poder viajar facilmente na UE é tão natural que a maioria das pessoas já nem se apercebe disso. Ainda não há muito tempo, tudo era diferente. Havia controlo de passaportes e congestionamento

nas fronteiras, e, nas alfândegas, examinava-se minuciosamente o tipo de compras que transportávamos no regresso das férias.

Viajar de avião tornou-se muito mais económico. Também esta realidade tem a ver com a UE, que aboliu os monopólios nacionais. Isto significa que já não existe uma companhia aérea nacional por país com autorização exclusiva para efetuar os voos nas diferentes rotas, podendo, pois, cobrar preços elevados; presentemente todas as companhias aéreas dentro da UE podem voar para os destinos que pretenderem. Assim, a título de exemplo, é possível hoje reservar um voo da Dinamarca com destino a Espanha viajando com uma companhia aérea irlandesa.

O facto de ser seguro voar na Europa resulta igualmente de a União Europeia ter estabelecido normas de segurança comuns para todos os Estados-Membros, vedando o acesso a «sucatas voadoras» no nosso espaço aéreo.

Muitos destes regulamentos devem-se ao mercado interno. Quando se deseja ter um

mercado único, no qual todos podem comprar e produzir, como e onde quiserem, é necessário que existam regras comuns.

As autoridades policiais da UE colaboram também estreitamente, sendo os dados coordenados por um organismo europeu, a Europol. Não se trata de «superpolicías» que correm com a pistola em punho pela Europa fora, mas de agentes policiais nacionais que recolhem informação sobre criminosos e criminalidade e a colocam à disposição das autoridades policiais em toda a UE. Lidam exclusivamente com casos graves de criminalidade. A Europol não se ocupa de infratores às regras de estacionamento, mas sim de traficantes de seres humanos e de drogas, de falsificadores de moeda e de casos de abuso sexual, de traficantes de automóveis e cibercriminosos, que gostariam de usar a abertura das fronteiras para os seus negócios sujos.

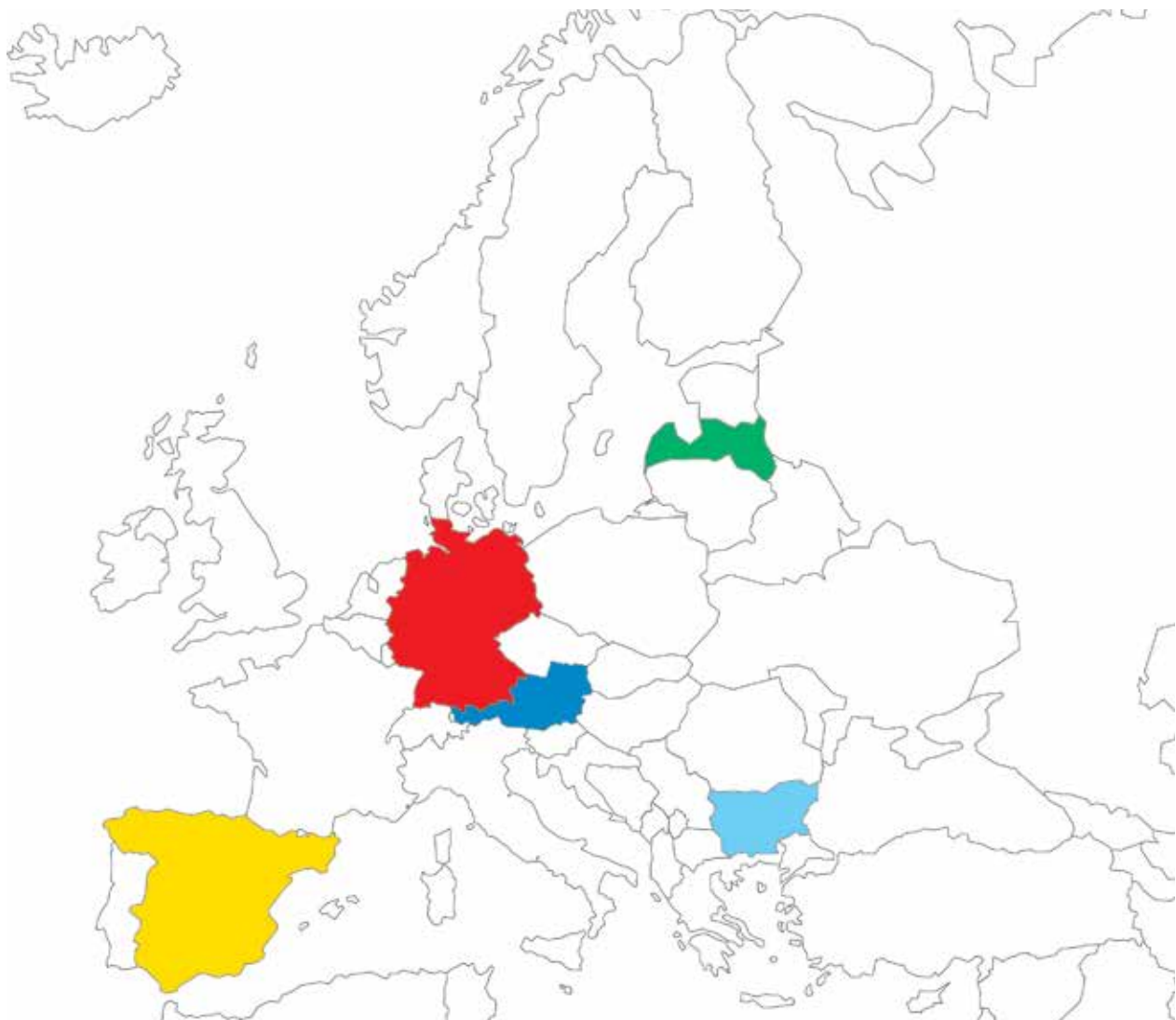
A poluição ambiental transcede as fronteiras. Por isso, os riscos ambientais apenas podem ser enfrentados coletivamente. Afeta-nos direta-

mente. Afinal, todos respiramos, todos bebemos e transformamos a água, e todos comemos os cereais que crescem nos campos. A proteção do ambiente a nível europeu garante, através de normas comuns, que um país da UE não possa adquirir vantagens económicas em relação a outro através do incumprimento de requisitos em matéria ambiental e da consequente produção de mercadorias mais baratas. A obrigação de equidade no mercado interno europeu assegura postos de trabalho, porque impede a concorrência desleal.

Muitas pessoas rejeitam os produtos alimentares geneticamente modificados. Mas como é possível ver se os *cornflakes* são fabricados com milho geneticamente modificado? A UE obrigou todos os fabricantes de produtos alimentares a afixarem uma marcação; sempre que exista manipulação genética, há que indicá-lo nos produtos de forma visível.

Poderíamos apresentar inúmeros exemplos. Porém, já ficou claro agora: a Europa somos todos nós! Mais: a Europa diz-nos respeito a todos.

Mas o que é, afinal, a União Europeia?



A União Europeia é constituída por 28 países que decidiram traçar um destino comum. Quais são os países que formam conjuntamente a União Europeia e por que motivo se uniram?

Exercício

Que países fazem parte da União Europeia?

Em seguida, apresenta-se uma lista de países. Todos estão situados na Europa, mas nem todos pertencem à União Europeia. Descubra quais os Estados-Membros da UE e escreva-os na lista seguinte, por ordem da data de adesão.

Albânia, Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Bulgária, Bósnia-Herzegovina, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estado do Vaticano, Estónia, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Letónia, Listenstaine, Lituânia, Luxemburgo, Malta, antiga República jugoslava da Macedónia, Moldávia, Montenegro, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Roménia, Sérvia, Suécia, Ucrânia.

Estados-Membros da UE:

País	Adesão	População	Capital
	Membro fundador 1952/1958		
	Membro fundador 1952/1958		
	Membro fundador 1952/1958		
	Membro fundador 1952/1958		
	Membro fundador 1952/1958		
	Membro fundador 1952/1958		
	1973		
	1973		
	1973		
	1981		
	1986		
	1986		
	1995		
	1995		
	1995		
	2004		
	2004		
	2004		
	2004		
	2004		
	2004		
	2004		
	2004		
	2004		
	2004		
	2007		
	2007		
	2013		

Exercício

Que mais sabe sobre estes países — ou o que poderá descobrir?

Reúna as suas informações em grupos e faça a respetiva representação sistemática. O que sabe sobre a gastronomia, a cultura e as línguas desses países? Elabore uma pequena ficha informativa sobre os países relativamente aos quais tem mais conhecimentos ou sobre os quais conseguiu descobrir mais informações.



Breve questionário sobre a Europa:

1. Qual é a capital mais pequena da UE e quantos habitantes tem?
2. Qual é a capital da UE com o clima mais frio, ou seja, cuja temperatura média em janeiro é a mais baixa?
3. Qual é a montanha mais alta da União Europeia?
4. Quais os mares que fazem fronteira com a União Europeia?
5. Em que Estados-Membros da UE existem monarquias ou monarcas em funções, como, por exemplo, uma rainha?
6. Quantas línguas oficiais existem na Bélgica?
7. Qual o país da União Europeia com maior densidade populacional?
8. Qual o Estado-Membro com a maior área?
9. Qual é a capital mais ocidental da União Europeia?

Pergunta especial para os peritos:

10. Por que razão tem a bandeira da UE doze estrelas e não uma estrela por Estado-Membro?

Por que razão tem a União Europeia tantas línguas oficiais?

► Uma vez que a UE é uma organização democrática, tem de abordar os seus cidadãos, mas também os governos dos Estados-Membros e as suas administrações públicas, empresas e restantes organizações na sua própria língua. As pessoas têm o direito de saber o que é feito em seu nome e têm de poder participar ativamente sem ter primeiro de aprender uma língua

estrangeira. Além disso, a União Europeia adota legislação com aplicabilidade direta a todas as pessoas da UE.

Esta legislação tem de estar acessível aos cidadãos e também aos tribunais nacionais na respetiva língua materna, isto é, tem de existir em todas as línguas oficiais. A utilização das línguas oficiais contribui para a transparência,

a legitimidade e a eficiência da UE e dos respetivos órgãos.

Encontrará um questionário divertido sobre as línguas europeias no seguinte sítio *web*: http://ec.europa.eu/languages/quiz/quiz_pt.htm

Exercício

Fala «europeu»?

Desde a adesão do país cuja capital é Zagrebe, a União Europeia tem 24 línguas oficiais. Descubra o nome destas línguas reagrupando as seguintes sílabas ou letras.

a — búl — cês — che — co — cro — dês — di — e — es — fin — fran — ga — go — glês — gre — hún — i — in - ir — la — lan — le — lês — lia — lo — mal — mão — mar — me — na — nhol — no — pa — po — port — quês — quês — neer — nio — ro — su — ta — tão — tês — tó — tu — va — ve

Capacidade económica

► Os Estados-Membros da UE distinguem-se não só pelas suas dimensões, como também por um nível de riqueza distinto. Existem países em que, em média, os habitantes têm um nível de vida muito bom, mas também outros com um nível de vida bastante inferior. Coloca-se, portanto, a questão de saber como medir efetivamente esse nível de vida. Afinal, existem pessoas ricas e pessoas pobres em todos os países. Quem deverá servir de referência — o empresário ou o seu motorista, a secretária ou o médico-chefe?

As estatísticas económicas resolveram este problema calculando, em primeiro lugar, a capacidade económica de um país. Esta última corresponde à soma de todos os valores produzidos num país durante um ano. Cada automóvel

que tenha sido fabricado num dado ano nesse país, cada corte de cabelo realizado por um cabeleireiro, cada litro de leite fornecido por uma vaca e comercializado é expresso em moeda e o seu valor é calculado em conjunto. A soma destes valores é designada como «produto interno bruto» (na sua forma abreviada, «PIB»). No entanto, o PIB, por si só, não nos indica o nível de riqueza de um país, uma vez que existem países grandes e pequenos. Por este motivo, o próximo passo consiste em dividir este valor pelos habitantes desse país, obtendo-se, desse modo, o PIB *per capita*.

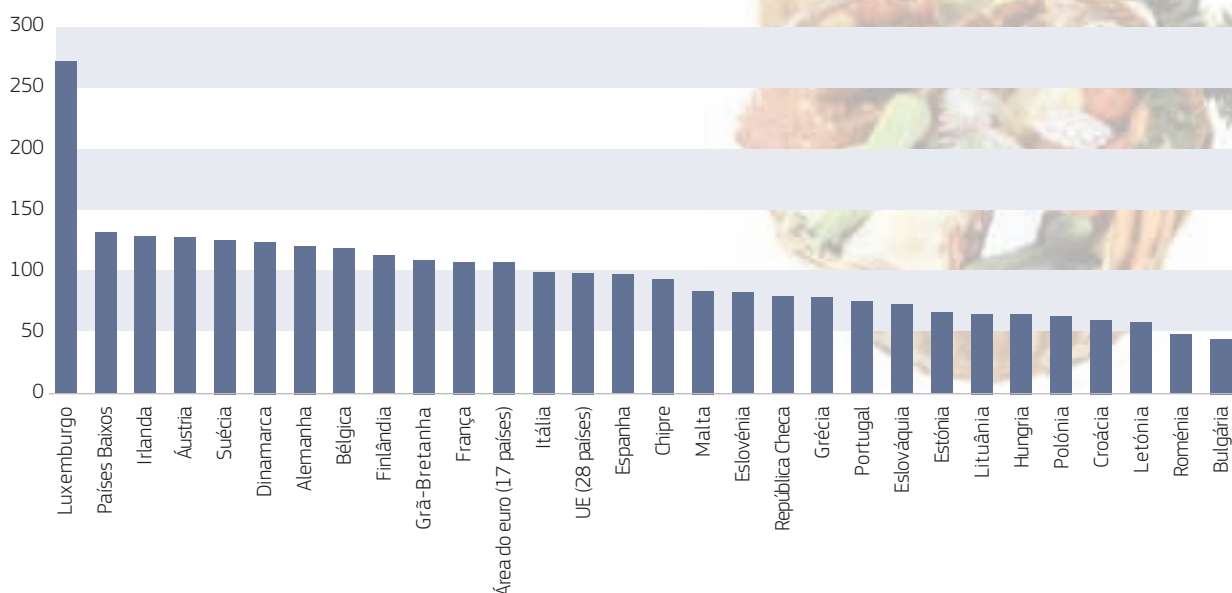
Porém, ainda se torna mais complicado se pretendermos comparar países com uma capacidade económica diferente; nesse caso, é necessário ter em consideração o facto de o poder de compra

também diferir nos vários países. Quem já tiver passado férias num outro país, sabe do que estamos a falar. Damo-nos conta de que, comparativamente com o nosso país, os preços nos parecem muito elevados ou, então, bem mais baixos. Enquanto, num país, um tipo de pão custa um euro, num outro país teríamos de pagar, pelo mesmo pão, dois ou três euros. Por essa razão, os economistas não verificam apenas quanto dinheiro *per capita* as pessoas têm à sua disposição num determinado país, mas igualmente o que se pode comprar com esse dinheiro nesse mesmo país. Esse é, afinal, o fator determinante. Designa-se por «paridade do poder de compra» («PPC»). Só a paridade do poder de compra permite comparar os países.

Assim, quando comparamos a capacidade económica dos países da UE segundo as paridades do poder de compra, o resultado é o quadro seguinte.

Nível de vida dos europeus:

(Comparação entre PIB *per capita* da população europeia segundo as paridades do poder de compra em 2011)



O PIB *per capita* na Áustria ou na Irlanda é 29% superior à média europeia. O PIB *per capita* de Itália corresponde exatamente a esta média e o PIB *per capita* da Roménia e da Bulgária situa-se abaixo da média da UE.

As diferenças de nível de vida subsistirão no seio da UE por muito tempo. Todavia, o objetivo da União Europeia é reduzir estas disparidades. É por este motivo que as regiões mais pobres da UE são subsidiadas: para melhorar as

suas infraestruturas e, assim, aumentar as suas oportunidades económicas. É o que se designa por «política estrutural». A UE despende, aproximadamente, metade do seu orçamento nessas medidas.

A União Europeia — Unidade na diversidade

► Como vimos, a UE é composta por países muito diferenciados. O país maior, a Alemanha, tem cerca de 82 milhões de habitantes; o mais pequeno, Malta, apenas perto de 400 000. A Finlândia e a Itália são Estados-Membros, tal como Portugal e a Polónia. Quando se verifica este dado num mapa, a diversidade da UE torna-se evidente. São faladas diferentes línguas e utilizados três alfabetos distintos. Existem múltiplas tradições, culturas, hábitos gastronómicos e festas populares. E a História originou ainda experiências diversas. Muitos Estados da UE travaram guerras entre si, subtraindo-se mutuamente territórios, pelo que se mantêm alguns preconceitos. Apesar disso, o que deu origem à união desses 28 Estados?

Esta pergunta só pode ser respondida com base em factos históricos. Após a terrível Segunda Guerra Mundial, que se começou precisamente vinte anos depois da Primeira Guerra Mundial, muitas pessoas afirmaram que não poderia voltar a haver uma guerra assim.

Os antigos inimigos de guerra, a Alemanha e a França, decidiram não voltar a confrontar-se, mas sim unir-se, de modo a poderem manter, simultaneamente, a outra parte sempre debaixo de olho. Os líderes políticos que defenderam e também concretizaram esta ideia foram o ministro francês dos Negócios Estrangeiros Robert Schuman (1886-1963) e o chanceler alemão Konrad Adenauer (1876-1967).

O primeiro organismo que deu origem à atual UE foi a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que foi criada em 1952 com a missão de gerir conjuntamente as reservas de carvão. O carvão era a mais importante fonte de energia e desempenhava, na altura, o

papel atualmente assumido pelo petróleo e pelo gás natural. Muitos temiam que se desencadeasse um novo confronto na Europa por causa desta matéria-prima. Por conseguinte, a distribuição do carvão e a reconstrução da indústria pesada foram colocados sob a supervisão de uma autoridade comum, na qual estavam representados os membros da CECA. Para além da Alemanha e da França, nela se incluíam, nessa época, a Itália, a Bélgica, os Países Baixos e o Luxemburgo. O princípio de funcionamento da CECA era muito simples: cada país tem uma palavra a dizer relativamente às iniciativas dos outros países e, em contrapartida, aceita que também os outros possam interferir nas suas próprias iniciativas. Assim, nenhum país poderia trabalhar contra o outro ou aumentar o seu armamento em segredo, tornando-se antes possível reconstruir a Europa em conjunto. Em simultâneo, foi possível eliminar o medo recíproco entre parceiros e, conseqüentemente, garantir a paz na Europa. O primeiro presidente da Alta Autoridade da CECA foi o francês Jean Monnet (1888-1979), considerado também um dos mais importantes fundadores da integração europeia.

Este princípio foi alargado a toda a economia alguns anos mais tarde, nomeadamente através da Comunidade Económica Europeia (CEE). A CEE foi fundada, em 1957, com a celebração do Tratado de Roma e entrou em vigor em 1958.

A oposição transformou-se, assim, em cooperação. E esta cooperação foi decididamente um sucesso. A Comunidade Europeia registou um enorme crescimento económico. Não é de admirar que, com o passar dos anos, cada vez

mais países tenham aderido. Assim, em 1973, aderiram à UE a Grã-Bretanha, a Irlanda e a Dinamarca; em 1981, foi a vez da Grécia e, em 1986, da Espanha e de Portugal. Após o fim do conflito entre o Leste e o Ocidente, o caminho ficou livre para os países que tinham optado pela neutralidade, como a Áustria, a Suécia e a Finlândia, que se tornaram membros em 1995, bem como para os países que antigamente faziam parte das fileiras da antiga União Soviética. Em 2004, teve lugar o alargamento a Leste, tendo aderido a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Polónia, a República Checa, a Eslováquia, a Hungria e a Eslovénia. A estes países juntaram-se ainda Malta e Chipre. Este processo de alargamento prosseguiu, em 2007, com a adesão da Bulgária e da Roménia. Em 1 de julho de 2013, a Croácia foi admitida como 28.º Estado-Membro da UE.

Mesmo que, por vezes, se assista a conflitos e forte discórdia, os princípios fundamentais da UE mantêm-se inalterados desde o início: assegurar a paz entre os Estados-Membros, a cooperação em prol de benefícios mútuos e uma ação externa conjunta. Uma vez que a UE, com a sua defesa da paz, da democracia e dos direitos do Homem, traça, há mais de 50 anos, um caminho importante, o Comité do Prémio Nobel atribuiu, em 2012, à União Europeia o Prémio Nobel da Paz. A UE é, assim, a primeira confederação de Estados a nível mundial a receber esta honra.

Exercício

A História da UE em imagens

Faça corresponder as legendas às imagens relativas à história da União Europeia!



1. Após a Segunda Guerra Mundial, muitas cidades, por toda a Europa, ficaram em ruínas; aqui, a cidade alemã Frankfurt am Main.
2. Ato simbólico: Jean Monnet (d.), presidente da Alta Autoridade da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), apresenta o primeiro lingote de aço «europeu» e inaugura assim o mercado comum do aço em abril de 1953.
3. 25 de março de 1957: em Roma, os representantes dos seis Estados fundadores Bélgica, República Federal da Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos assinam os assim denominados Tratados de Roma, que instituem a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom).
4. Em 7 de fevereiro de 1992 os chefes de Estado e de Governo assinam o Tratado de Maastricht, que instituiu a União Económica e Monetária.
5. O Tratado de Amesterdão, de 1997, consagra a criação gradual de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça; eis o convénio com as assinaturas e os carimbos oficiais.
6. Com uma imagem projetada no edifício da Comissão Europeia em Bruxelas, no início de 2007, a UE dá as boas-vindas aos seus novos membros, a Bulgária e a Roménia.
7. Em 10 de dezembro de 2012, foi entregue o Prémio Nobel da Paz à União Europeia na cidade norueguesa de Oslo. O Comité do Prémio Nobel da Paz louvou o empenho demonstrado pela UE, ao longo de várias décadas, em defesa da paz, da democracia e dos direitos do Homem na Europa.



3

Como funciona a União Europeia?

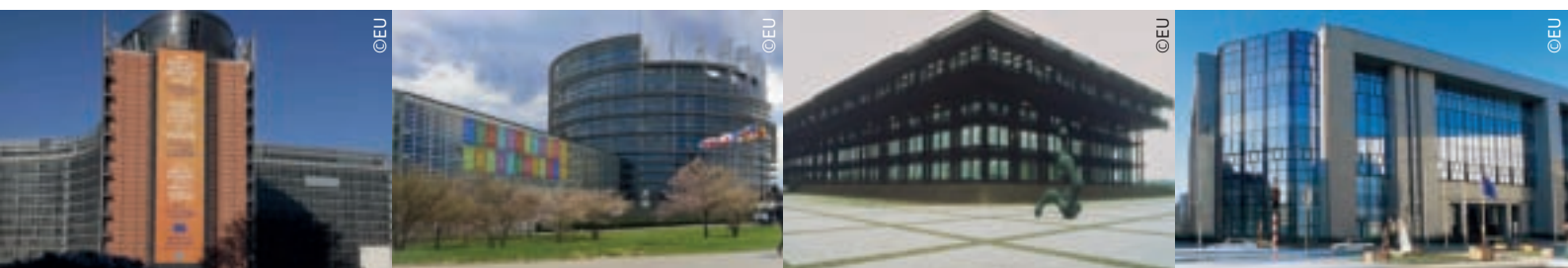


Os três presidentes da UE. Cada uma das principais instituições da UE tem um presidente. Da esquerda para a direita: Herman Van Rompuy (Conselho Europeu), José Manuel Barroso (Comissão Europeia) e Martin Schulz (Parlamento Europeu).

A UE é muitas vezes comparada com um Estado. Afirma-se: na UE, as coisas são assim, mas no nosso país é diferente, aqui funciona desta forma. Estas comparações são legítimas, mas deverão ser efetuadas com cuidado. A UE não é de facto um Estado, mas um agrupamento especial de Estados. Exatamente por esse motivo se diferencia, desde logo também pela sua estrutura, do nosso próprio país.

O objetivo deste capítulo é explicar a estrutura da UE. Que instituições existem e o que fazem? Que funções (competências) assumem estas instituições?

Da esquerda para a direita: a Comissão Europeia em Bruxelas, o Parlamento Europeu em Estrasburgo, o Tribunal de Justiça no Luxemburgo e o Conselho da União Europeia em Bruxelas.



Quem detém o poder na Europa? As instituições da União Europeia

► Quem detém verdadeiramente o poder na Europa? É evidente que não existe uma pessoa que decide, na qualidade de «chefe», a direção a tomar. Mas alguém tem de indicar o rumo. Quem decide em matéria de assuntos europeus? É um órgão ou um país — ou quem?

À primeira vista, parece sempre um pouco aborrecido lidar com instituições, mas as instituições são os locais onde o poder é exercido. Assim, a estrutura institucional da União Europeia clarifica também a questão do poder. Como é natural, esta questão é respondida na UE de forma um pouco diferente da forma como o seria num Estado-Membro, considerado isoladamente.

A União Europeia é uma coligação de Estados e dos seus cidadãos,

algo que é visível também na sua estrutura. Tanto os Estados (ou seja, os seus governos) como as populações desses Estados têm voto nas matérias europeias, nomeadamente, através do Conselho da União Europeia e do Parlamento Europeu.

O **Conselho da União Europeia** (frequentemente designado por «Conselho de Ministros») é o representante dos governos dos Estados da UE. No âmbito deste Conselho, reúnem-se os ministros de todos os Estados-Membros; consoante o tema, poderão ser, por exemplo, os ministros dos Negócios Estrangeiros, os ministros dos Assuntos Internos ou os ministros da Agricultura. O Conselho é um dos dois órgãos de decisão: nele se discutem as políticas a adotar e se implementam as leis europeias, denominadas

regulamentos ou diretivas. Logo, sem o Conselho, nada funciona na União Europeia. O Conselho toma as suas decisões por unanimidade ou por maioria. Nas decisões tomadas por maioria, é necessário reunir cerca de 70% dos votos (ou seja, o que se denomina a «maioria qualificada»). Os Estados-Membros de maior dimensão têm mais votos do que os mais pequenos. A partir de 2014, aplicar-se-á o princípio da «dupla maioria», a saber: uma decisão exige o acordo da maioria dos Estados-Membros, os quais deverão simultaneamente representar a maioria da população. A Presidência do Conselho muda semestralmente e todos os seus membros a exercem em igualdade de direitos. Em 2013, a Irlanda e a Lituânia assumem a Presidência; em 2014, é a vez da Grécia e ►



Janette: «O Parlamento Europeu representa os cidadãos e vota a legislação comunitária (diretivas e regulamentos).»



Alice: «O Tribunal de Contas Europeu controla o orçamento comunitário.»



Patricia: «O Conselho de Ministros representa os governos dos Estados-Membros da UE e aprova a "legislação europeia".»

► da Itália e, em 2015, caberá à Letónia e ao Luxemburgo.

As principais decisões de política europeia são tomadas pelo **Conselho Europeu**. Este Conselho integra os chefes de Estado e de Governo da UE, os quais se reúnem regularmente; no mínimo, de três em três meses. A presidência é exercida por um presidente eleito pelo Conselho Europeu para um mandato de 2 anos e meio. Este cargo é ocupado, desde 2009, pelo primeiro-ministro belga Herman Van Rompuy.

Todavia, na maioria dos casos, o Conselho não pode tomar decisões sozinho. Para tomar decisões necessita do **Parlamento Europeu**, o qual representa os cidadãos dos países da UE e é diretamente eleito por estes. O Parlamento compreende atualmente, e até ao final da sua legislatura, 766 representantes de todos os Estados-Membros. Com a eleição de um novo Parlamento Europeu em 2014, o número de deputados

será fixado em 751, de acordo com o Tratado de Lisboa.

Os Estados-Membros de maior dimensão são representados por mais deputados do que os pequenos. O Parlamento não pode tomar decisões com força de lei sozinho, cabendo-lhe, regra geral, aprovar as decisões do Conselho da União Europeia para que estas possam ser efetivas. É o que se designa por «processo de codecisão». O Parlamento tem também de confirmar com o seu voto o mandato da Comissão Europeia e pode até optar por a rejeitar. Além disso, decide o orçamento da União Europeia. Assim sendo, sem o Parlamento Europeu e, logo, sem a representação direta dos cidadãos, não é possível tomar muitas decisões na Europa.

Outra instituição importante da UE é a **Comissão Europeia**. O Colégio dos Comissários é composto por um membro por país. Todavia, na Comissão, este membro não representa as po-

sições do seu país de origem, mas sim os interesses comuns da União Europeia. Cada membro da Comissão é responsável por uma área específica (à semelhança de um ministro). A Comissão Europeia vela pelo cumprimento das normas comuns por parte dos Estados-Membros. Por este motivo, é denominada a «guardiã dos tratados europeus». Gere a UE com base nas orientações do Conselho e do Parlamento. Uma das particularidades do sistema europeu é o facto de o Conselho e o Parlamento apenas poderem tomar decisões com base numa proposta da Comissão. Este direito exclusivo de apresentar propostas confere à Comissão Europeia o poder de influenciar as decisões, uma vez que define as diretrizes a seguir. Deste modo, se garante que os interesses da União Europeia são tidos em consideração desde o início. É evidente que o Conselho e o Parlamento poderão depois optar por se desviar dessa proposta. ►



Jello: «O Banco Central Europeu zela pela estabilidade do euro.»



Motian: «A Comissão Europeia gere a União Europeia e apresenta propostas de "leis europeias".»

► Entretanto, os Estados-Membros da UE conseguiram já criar muita legislação comum. Compreensivelmente, há também diferendos relativamente à interpretação dessas leis. Além disso, é frequente alguns Estados-Membros não cumprirem determinada regulamentação. É por este motivo que todas as partes têm a possibilidade de recorrer ao **Tribunal de Justiça da União Europeia**. Este é composto por um juiz por Estado-Membro, que, no entanto, decide de forma independente com base no Direito europeu. Pode revogar regulamentos, quando estes forem

contrários ao Direito europeu, assim como condenar Estados ao pagamento de sanções pecuniárias, sempre que não cumpram o Direito e a lei.

Todos sabemos que o dinheiro é importante. Mas não basta tê-lo, o dinheiro tem de manter o seu valor. A entidade de supervisão responsável nesta matéria é o **Banco Central Europeu (BCE)**, o banco emissor de moeda dos países da área do euro. O BCE é composto por representantes dos países que adotaram o euro. A sua função é regular a circulação monetária e fixar as taxas de juro de referência.

O orçamento da União Europeia ascende, em 2013, a 133 mil milhões de euros. Quando se trata de despender tanto dinheiro, é também necessário controlar a legalidade das despesas. Esta é a função do **Tribunal de Contas Europeu**, que supervisiona atentamente se o dinheiro europeu é gasto de forma adequada e sensata. Zela, assim, por uma gestão financeira eficiente. Cada Estado-Membro nomeia um representante para este órgão.

Exercício

Quem faz o quê na UE?

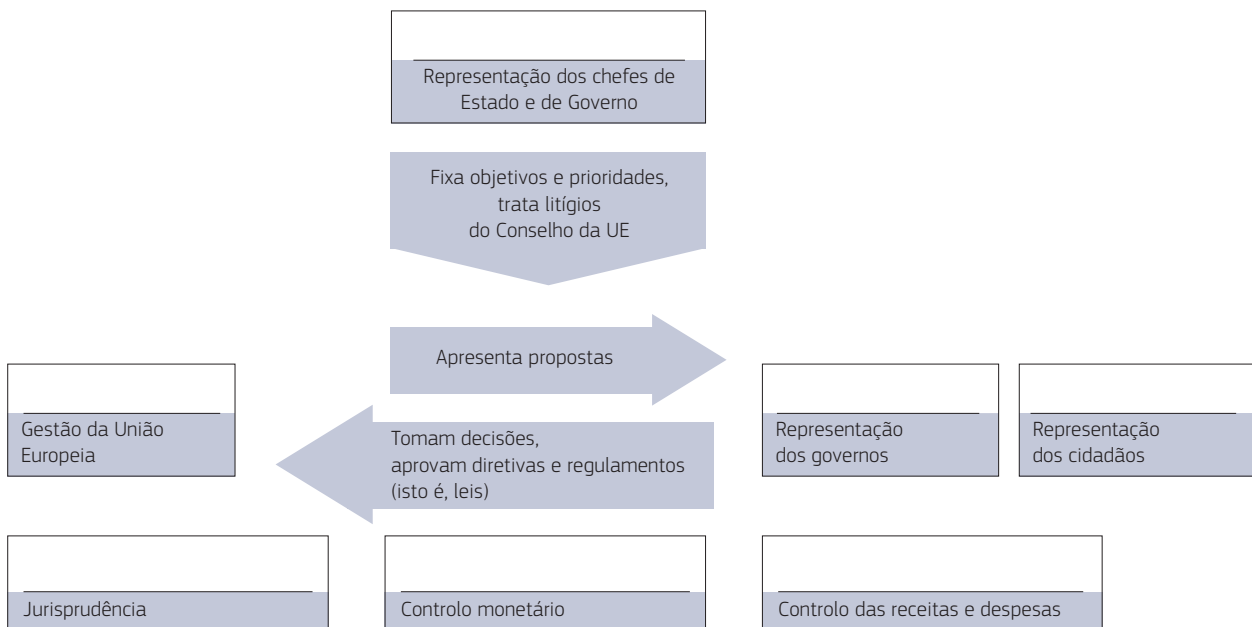
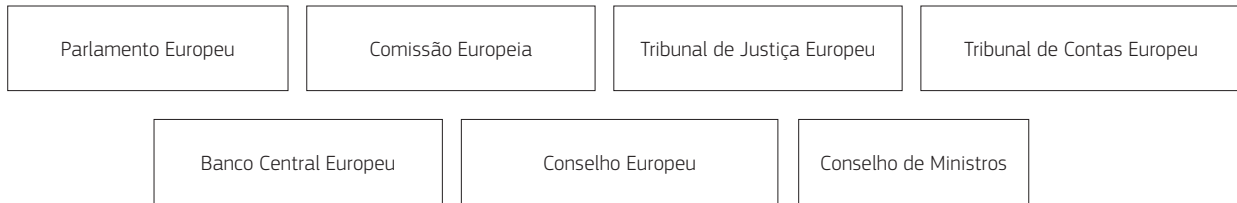
Convenhamos que isto foi muita informação sobre as instituições, mas, afinal, é necessário saber quem é responsável por o quê na UE. Comprove se leu o texto com atenção fazendo o seguinte teste. Assinale sempre, com uma cruz, a caixa correspondente à instituição à qual se aplicam as seguintes descrições.

Descrição	Conselho Europeu	Conselho da UE	Parlamento Europeu	Comissão Europeia	Tribunal de Justiça Europeu	Banco Central Europeu	Tribunal de Contas Europeu
Apresenta propostas de regulamentos da UE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É composto por um representante por Estado-Membro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fixa as taxas de juro de referência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Controla as despesas da UE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É eleito pela população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Decide as leis (regulamentos/diretivas) da UE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nomeia o presidente da Comissão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gere a UE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Representa os interesses dos cidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Representa os interesses dos Estados-Membros e dos seus governos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Decide sobre a interpretação das leis europeias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Determina as orientações políticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Exercício

Os órgãos da União Europeia

Resuma novamente as competências das diferentes instituições num gráfico! Já o ajudámos um pouco. Agora só precisa de atribuir os termos às respetivas caixas:



Os tratados europeus

► A União Europeia fundamenta-se juridicamente nos tratados que os Estados-Membros celebraram entre si e que foram ratificados pelos Parlamntos nacionais ou por referendos. Nos tratados, define-se o modo como as decisões são tomadas, quais os poderes de cada instituição e em que domínios os Estados-Membros atuam em conjunto. Por sua vez, o cres-

cimento da UE tem também por base novos tratados. Através dos diferentes tratados, pode acompanhar-se a evolução da União Europeia. A base jurídica atual é o Tratado de Lisboa, que foi assinado na capital portuguesa homónima em 2007. O Tratado de Lisboa entrou em vigor em 2009, depois de ter sido ratificado por todos os Estados-Membros.



Discussão

E voltemos agora à pergunta inicial:

Quem tem o poder na Europa? Discuta esta questão com os seus colegas!

A influência dos cidadãos

► As cidadãs e os cidadãos dos Estados-Membros da UE influenciam duplamente a política da UE. Por um lado, quando elegem o seu Parlamento nacional, que dá ulteriormente origem ao governo nacional. Este governo é depois representado no Conselho da União Europeia (quando os «líderes», ou seja, os chefes de Estado e de Governo se reúnem e essa formação denomina-se «Conselho Europeu»).

Por outro lado, as cidadãs e os cidadãos influenciam a política europeia ao elegerem o Parlamento Europeu.

Mas também o cidadão, individualmente, consegue fazer ouvir a sua voz se sentir que foi tratado injustamente ou pretender corrigir um problema de má administração a nível europeu. Existe, na realidade, um representante dos cidadãos europeus, designado «Provedor de Justiça Europeu».

Qualquer cidadão ou cidadã da UE pode apresentar-lhe uma queixa, inclusive por correio eletrónico. Sobre quem podemos apresentar queixa ao Provedor de Justiça Europeu, quais as situações em que pode ajudar-nos e quais os casos em que tal não é possível? Encontra todas as respostas no sítio do Provedor na Internet:

<http://ombudsman.europa.eu/home/pt/general.htm>

Outras possibilidades de exercer influência

► Desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2009, é possível lançar uma «iniciativa de cidadania europeia». Um milhão de pessoas, que representam apenas 0,2% da população, oriundas de, pelo menos, um quarto dos Estados-Membros (ou seja, sete países), podem solicitar à Comissão Europeia que examine um dado domínio e apresente uma proposta de ato jurídico. Naturalmente, como condição prévia, é necessário que este domínio seja da competência da UE.

Além disso, é possível exercer pressão através de manifestações dirigidas às instituições da UE. Independentemente de se tratar de agricultores, sindicatos ou organizações ambientais: todos podem fazer-se ouvir. Além disso, o Parlamento Europeu dispõe de uma Comissão das Petições.



Exercício

Saiba mais sobre a iniciativa de cidadania europeia!

A iniciativa de cidadania europeia permite-lhe influenciar diretamente as questões tratadas pela União Europeia. Que iniciativa gostaria de lançar e como a abordaria? Na seguinte página da Internet poderá informar-se sobre este procedimento e ainda sobre quais as iniciativas em curso: <http://ec.europa.eu/citizens-initiative/public/welcome>

Exercício

O que é uma petição?

Descubra o que é uma petição e quem se pode dirigir ao Parlamento! No seguinte endereço Internet, pode obter mais informações: <http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/00533cec74/Petitions.html>

No seu Parlamento nacional, também existe uma Comissão das Petições? Investigue esta questão!

Exercício

Os nossos deputados em Estrasburgo e Bruxelas

Os deputados do Parlamento Europeu constituem grupos a que pertencem os deputados de uma determinada orientação política. Nem todos os agrupamentos integram deputados de todos os países. Investigue quais os partidos do seu país que foram bem-sucedidos na última eleição para o Parlamento Europeu e estão, assim, representados por deputados nesta instituição. Por fim, descubra em que grupos do PE estão integrados!

Quais os partidos representados nos diferentes grupos do PE? Encontrará rapidamente a resposta a esta pergunta na Internet, consulte, por exemplo, o seguinte endereço: <http://www.europarl.eu>

Grupos partidários no Parlamento Europeu	Quantos membros tem este grupo?	Este grupo partidário inclui os seguintes deputados do seguinte partido político do meu país:
 PPE – Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos)		
 S&D – Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu		
 ALDE – Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa		
 VERDES/ALE – Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia		
 CRE – Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus		
 ELD – Grupo Europa da Liberdade e da Democracia		
 GEU/ENV – Grupo da Esquerda Unitária/Esquerda Nórdica Verde		
NI Não inscritos		

Exercício

Informe-se sobre quem são os deputados do Parlamento Europeu do seu país ou da sua região!

Que partidos representam estes deputados do Parlamento Europeu?

Breve questionário sobre a Europa

Quem é o atual presidente do Parlamento Europeu?

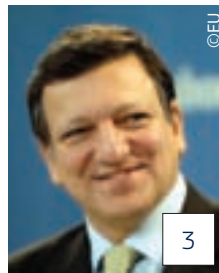
E quem são as outras pessoas nas fotografias?

Herman Van Rompuy (Bélgica)

José Manuel Barroso (Portugal)

Martin Schulz (Alemanha)

Robert Schuman (França)



Presidente do Parlamento Europeu

Presidente do Conselho Europeu

Ministro dos Negócios Estrangeiros francês entre 1948-1952 e um dos fundadores da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)

Presidente da Comissão Europeia

A UE funciona assim

► Ficou claro que a União Europeia não é um Estado como, por exemplo, a Lituânia ou os Países Baixos, mas que, por outro lado, é bem mais do que uma aliança desconexa de Estados europeus. Para exprimir a sua especificidade, os juristas designam muitas vezes a organização da UE por uma organização *sui generis*. Esta expressão vem do latim e significa «do seu próprio género». Se bem que os Estados-Membros da UE se mantêm soberanos e independentes, em determinadas áreas, aliam as suas competências para assim poderem enfrentar melhor os desafios que se lhes colocam. Para esse efeito, a UE criou instituições próprias, nas quais esses poderes são

delegados. Na prática, isto significa que as decisões relativas a determinadas questões de interesse comum podem ser tomadas democraticamente a nível europeu. É por este motivo que a UE não pode ser considerada um Estado federado, como, por exemplo, os EUA, mas antes uma coligação de carácter mais flexível, à semelhança, por exemplo, da Organização das Nações Unidas.

Na UE, as decisões são tomadas pelos Governos nacionais, que se reúnem no Conselho Europeu, e pelo Parlamento Europeu, cujos deputados foram eleitos pelo povo. Há também exceções em que o Conselho decide sozinho, o

que é especialmente válido no que respeita à política externa europeia. A Comissão Europeia gere as atividades da UE e vela para que os tratados europeus sejam cumpridos por todos. Quem não o fizer, será processado pelo Tribunal de Justiça Europeu e, eventualmente, condenado pelo mesmo tribunal a alterar o seu comportamento. A responsabilidade pelo bom comportamento financeiro das instituições é do Tribunal de Contas Europeu. Cada um de nós pode apresentar uma queixa junto do Provedor de Justiça Europeu, caso se sinta indevidamente tratado por uma instituição europeia.

Mas o que faz, afinal, a UE?



Algumas pessoas afirmam que a União Europeia nunca faz o suficiente, outras alegam que se intromete em tudo. Não estarão ambas as afirmações erradas? Então o que está certo? O que faz a UE mais precisamente?

A UE desenvolve a sua atividade em muitos domínios estratégicos, nomeadamente, na política económica, na defesa dos consumidores, na política externa, na proteção do meio ambiente e na política interna e de justiça, para citar apenas alguns deles.

Em seguida, apresentam-se alguns exemplos das questões políticas associadas a estes domínios. Assim, terá uma ideia dos assuntos que são tratados em Bruxelas e nas capitais dos Estados-Membros da UE.

O mercado interno

- ▶ O mercado interno constitui o ponto fulcral da política económica e social. É um espaço económico comum e confere aos cidadãos as assim designadas «quatro liberdades», nomeadamente:
 - a livre circulação de pessoas;
 - a livre circulação de mercadorias;
 - a livre circulação de serviços e
 - a livre circulação de capitais.

Liberdades no mercado interno europeu

- ▶ A livre circulação de pessoas afeta-nos a todos de diversas formas: quer pretendamos viajar de férias para um outro país da UE, trabalhar ou ainda residir nesse país, independentemente de nele termos encontrado um emprego, podemos fazê-lo. Temos esse direito. E, quando regressarmos do estrangeiro, podemos trazer connosco as nossas compras sem problemas — da mesma forma que podemos efetuar compras, via Internet, num outro país. Esta possibilidade é-nos garantida pela livre circulação de mercadorias. Mas não são apenas as mercadorias que podem ser oferecidas e adquiridas a nível transfronteiriço, a prestação de serviços também. Tal é assegurado pela livre circulação de serviços. Quem preferir investir o seu dinheiro num país estrangeiro da UE, em vez de o fazer no seu próprio país, tem igualmente essa liberdade, garantida pela livre circulação de capitais.



Supressão de fronteiras

- ▶ Se viajar do Cabo Norte até à Sicília, pode deixar, sem preocupações, o seu passaporte em casa. Na UE, já não existem controlos fronteiriços nas assim denominadas «fronteiras internas» (por exemplo, a fronteira entre a Finlândia e a Estónia ou entre a Eslováquia e a República Checa).
A liberdade de circular livremente é regulada pelo Acordo de Schengen, o qual é, atualmente, parte integrante dos tratados europeus. A Grã-Bretanha e a Irlanda não aderiram ao Acordo de Schengen; porém, países como a Suíça, o Listenstaine, a Noruega e a Islândia, que nem sequer pertencem à UE fizeram-no. Quanto a Chipre, à Bulgária, à Roménia e à Croácia, estão previstos períodos transitórios, antes de estes países poderem aderir.
O Acordo de Schengen é assim designado porque foi assinado na localidade de Schengen, no Luxemburgo.



Breve questionário sobre a Europa

O que significam em concreto para si as quatro liberdades?

Faça corresponder corretamente os exemplos aos quatro aspetos do mercado interno e assinale o respetivo campo!

	Livre circulação de pessoas	Livre circulação de mercadorias	Livre circulação de serviços	Livre circulação de capitais
Posso adquirir um automóvel na Dinamarca e atravessar a fronteira sem pagar direitos aduaneiros.	1	0	2	3
Posso viajar para onde desejar no território da UE.	9	6	3	7
Posso investir o meu dinheiro num banco alemão.	2	3	1	0
Posso estudar na Hungria.	5	1	0	9
Os meus pais podem renovar a casa de banho recorrendo a um ladrilhador português.	4	3	1	7
Os meus pais podem enviar-me dinheiro para o local onde estou a estudar em Espanha.	1	2	3	9
Posso encomendar na Internet mercadorias da Suécia.	4	5	1	2
Posso residir como arquiteto em Malta e mandar construir casas em Itália.	5	6	0	8

Os resultados obtidos formam uma data com o seguinte formato: DDMMAAAA! Descubra qual é e o que se passou nesse dia.

.../.../....

Dinheiro EUROpeu

► Existe uma moeda europeia comum desde 1999, que, desde 1 de janeiro de 2011, está em vigor em 17 Estados da UE. A Letónia deverá introduzir o euro como a sua moeda nacional em 2014, passando, nessa altura, a ser 18 Estados. Mais de 332 milhões de cidadãos da UE, ou seja, dois terços de toda a população da União, utilizam o euro como moeda comum.

No mercado interno, a mão-de-obra pode circular livremente, podendo as mercadorias, os serviços e o capital ser transacionados livremente. Sem barreiras cambiais, as vantagens do mercado interno para empresas e consumidores, os trabalhadores assalariados e independentes podem ser ainda mais bem aproveitadas. Quando os cálculos são feitos na mesma moeda, é fácil comprar e comparar os preços dentro das fronteiras intracomunitárias. Especialmente, com o crescimento do comércio em linha, esta realidade torna-se igualmente interessante para as pessoas que não residem numa zona fronteiriça. A maior transparência das ofertas tem um efeito redutor sobre os preços, o que é positivo para todos aqueles que fazem compras.

Outra vantagem da moeda comum é não ser necessário cambiar (e converter) moeda quando se viaja para outros países, o que poupa tempo e dinheiro. Contudo, as empresas beneficiam igualmente da moeda comum, uma vez que apenas precisam de calcular e faturar numa moeda, eliminando assim o risco de flutuações cambiais. A eliminação destes «custos de transação» tem também um efeito redutor sobre os preços. A moeda comum teve ainda como resultado juros mais baixos, o que, novamente, beneficia tanto os consumidores como as empresas. Por conseguinte, há mais margem para os investimentos, que, por sua vez, conduzem ao crescimento. Uma moeda comum estável, alicerçada num sólido espaço económico da área do euro, reforça a posição económica da Europa no mundo.

Embora toda a UE faça parte do mercado interno, apenas uma parte — apesar de

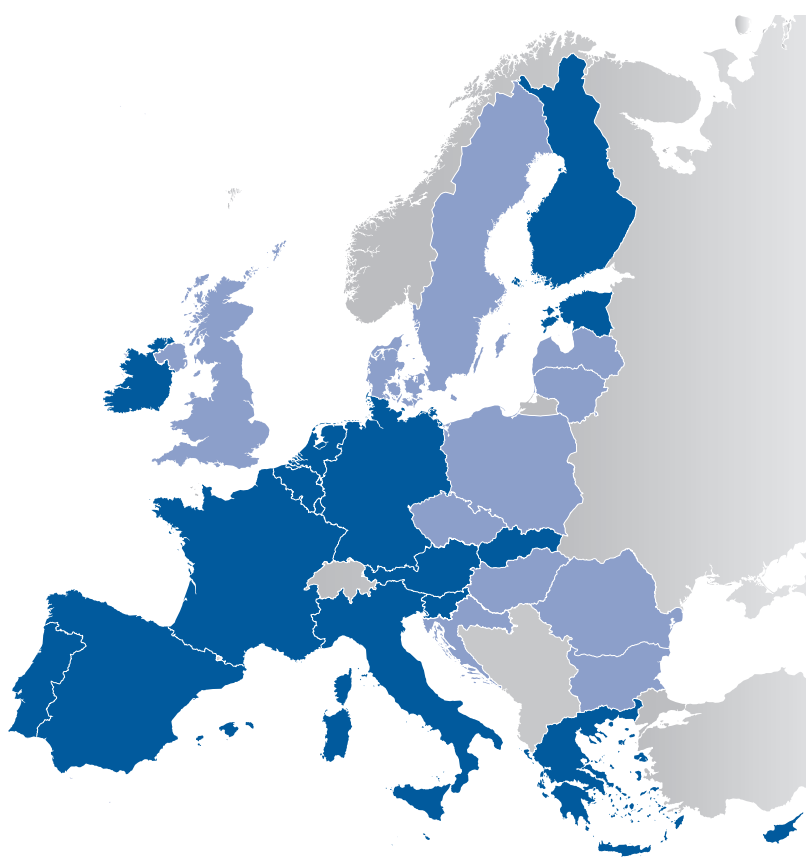
tudo, significativa — utiliza o euro como moeda comum. Alguns Estados não pretendem aderir atualmente à área do euro; outros, porém, não cumprem ainda os rigorosos critérios de adesão. Por exemplo, um país não pode aderir à área do euro se estiver demasiado endividado. A taxa de inflação não pode ser 1,5% superior às três taxas de inflação mais baixas dos países da área do euro.

Apesar destes critérios claros, a área do euro entrou em crise em 2010. Este tema é muito complexo, mas, em geral, podemos afirmar que uma grande maioria dos problemas teve origem no facto de os países da área do euro não terem cumprido os critérios acordados entre si e se terem endividado demasiado. A UE esteve, e está, fortemente empenhada em mitigar os riscos para a moeda comum. Tal inclui as garantias para os Estados em dificuldades de refinanciar as suas dívidas nos mercados de capitais

internacionais a taxas de juro aceitáveis. Os países da área do euro criaram, por esse motivo, um fundo de resgate no valor de 700 mil milhões de euros (o Mecanismo Europeu de Estabilidade — MEE), a fim de manter a estabilidade financeira.

Os Estados da área do euro comprometeram-se em simultâneo, através de um pacto orçamental, a reduzir o seu endividamento. Os países que não integram a área do euro aderiram também a este tratado internacional, à exceção da República Checa e da Grã-Bretanha. Além da redução da dívida, deverá ainda ser reforçada a competitividade dos diferentes países da área do euro, bem como a da UE no seu conjunto.

Uma parte dos problemas da moeda comum foi também causada pelo facto de os bancos não terem sido sujeitos a um controlo suficiente. Por conseguinte, a UE reforçou a supervisão bancária, a fim de ►



■ Estados-Membros da UE que usam o euro como moeda nacional (situação em 2013)

■ Estados-Membros da UE que não usam o euro como moeda nacional

Está previsto que, em 1 de janeiro de 2014, a Letónia adote o euro como moeda nacional.

► evitar que os bancos conduzam Estados inteiros a uma situação de desequilíbrio devido a um comportamento especulativo. Os últimos anos foram difíceis para a moeda comum, e a gestão da crise implicou um grande dispêndio de energia, mas veio simultaneamente demonstrar a determinação dos países da área do euro no sentido de manterem a moeda comum estável.

Política económica europeia

A fim de fortalecer e incentivar a economia da União Europeia, a Comissão Europeia elaborou a estratégia «Europa 2020» para o crescimento e o emprego. Esta estratégia prevê, entre outras medi-

das, investimentos em formação e investigação, que deverão contribuir para que, no futuro, a Europa mantenha a sua posição como uma das regiões do mundo mais inovadoras. O objetivo é o reforço da economia e da indústria, as quais deverão, além de ser competitivas, ter o menor impacto possível no ambiente. Outros objetivos desta estratégia são a criação de postos de trabalho e a luta contra a pobreza no seio da UE. Uma vez que a União Europeia se considera uma comunidade de valores e se sente vinculada aos princípios da igualdade e da solidariedade, reveste-se de grande importância que o crescimento beneficie todos os europeus.

Processo decisório na UE

Na UE, as decisões são normalmente tomadas por todos os Estados-Membros em conjunto. Mas existem algumas situações que afetam especialmente os países que adotaram o euro como moeda comum. Os ministros destes países reúnem-se regularmente no âmbito do Eurogrupo e determinam o que deverá acontecer na área monetária comum. Estas decisões repercutem-se, naturalmente, também nos outros países da União Europeia, que não aderiram ou ainda não aderiram ao euro, mas que são afetados pelo euro no contexto do mercado comum.

Exercício

Quem deve decidir sobre a moeda comum?

No que diz respeito às decisões do Eurogrupo no seio da União Europeia, há diferentes opiniões, por exemplo:

- «É totalmente correto que os países da área do euro decidam entre si como garantir a segurança e a estabilidade da moeda comum. É assim que funciona e é assim que se deverá manter.»
- «Os Estados da área do euro têm de decidir não apenas sobre as questões diretas em matéria do euro, mas igualmente sobre o futuro económico da área do euro. São o núcleo duro da UE e deveriam ser eles a tomar as decisões sobre todas as questões relativas à economia comum da área do euro. Tal aplica-se, por exemplo, aos impostos, ao emprego ou mesmo à segurança social. É assim que deveria ser, mesmo quando as decisões têm efeitos sobre os outros países da União Europeia. Se estes desejarem ter voto na matéria, podem sempre aderir à área do euro.»
- «As decisões para toda a área do euro não podem ser tomadas exclusivamente por 17 Estados. A UE também decide sobre muitas outras questões que não dizem respeito a todos, como, por exemplo, quando se trata do mar Báltico ou do Mediterrâneo. Apesar de tudo, todos votam nestas questões. A maioria dos Estados da UE pretende igualmente aderir à união monetária daqui a alguns anos. Por isso, deveriam já poder participar no processo decisório acerca da forma como essa união monetária deverá evoluir.»

Qual é a sua opinião? Discuta as diferentes posições em grupo e tome uma decisão que, depois, deverá discutir com os outros grupos! Para mais informações sobre o funcionamento da área do euro, consulte o seguinte sítio na Internet:
<http://eurozone.europa.eu/>.



Breve questionário sobre a Europa

- ★ Quais os três países que NÃO pertencem à área do euro?
Assinale-os com uma cruz!

Alemanha	Eslovénia	Grécia	Malta
Áustria	Espanha	Grã-Bretanha	Países Baixos
Bélgica	Estónia	Irlanda	Polónia
Chipre	Finlândia	Itália	Portugal
Eslováquia	França	Luxemburgo	Suécia





Medidas destinadas a combater as alterações climáticas

► A alteração do clima mundial provoca o aquecimento global, trazendo consequências negativas para as nossas condições climáticas: mais tempestades e inundações, verões mais quentes, desertificação progressiva em África e no sul da Europa, fusão das calotes polares e, em consequência, ilhas inteiras submersas — não podemos ficar indiferentes a tudo isto. As alterações climáticas estão essencialmente relacionadas com as emissões poluentes dos países industrializados. Infelizmente, o processo já não pode ser revertido; pelo que se torna ainda mais importante limitar o aumento da temperatura. Nos próximos anos, saberemos se fomos ou não bem-sucedidos. Por conseguinte, é especialmente im-

portante agir com determinação. Nenhum Estado, isoladamente, pode pôr fim às alterações climáticas.

Em março de 2007, a UE estabeleceu objetivos claros:

- uma redução de 20% dos gases com efeito de estufa;
- um aumento da percentagem de energias renováveis (energia eólica, energia solar e biocombustíveis) para 20%;
- uma poupança energética na ordem dos 20%.

Sendo assim pioneira neste domínio, a Europa pode desenvolver esforços para levar os outros grandes poluidores e consumidores de energia, os EUA e a China, a assumir as suas responsabilidades.



Exercício

Considera esta política correta?

Com quais das seguintes opiniões expressas está de acordo?



	Totalmente de acordo	Parcialmente de acordo	Desaprovo um pouco	Desaprovo totalmente
A UE só deverá reduzir as suas emissões poluentes se os outros o fizerem também.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A UE deveria impreterivelmente atingir os seus objetivos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A UE deveria colocar-se objetivos ainda mais ambiciosos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não deveríamos dar demasiada importância a esta discussão. Se a temperatura do nosso país aumentar alguns graus, isso nem sequer é dramático.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os Estados da UE não atingirão, de qualquer modo, os seus objetivos, porque, na realidade, só pensam em obter benefícios para si próprios.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A limitação das alterações climáticas não deverá ser feita à custa de postos de trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não deveríamos deixar que os cientistas nos imponham os seus objetivos; só deveríamos procurar limitar as alterações climáticas na medida em que tal não resulte em prejuízos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Limitar as alterações climáticas cria novos postos de trabalho, o que beneficia as empresas e os trabalhadores. Por esse motivo, também nos deveríamos empenhar nesta área.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

O espaço comum de justiça

► A Europa é há muito um espaço de vivência comum. Muitas pessoas atravessam as fronteiras intracomunitárias dos países da UE para viver, trabalhar ou simplesmente visitar outros locais. Conhecem-se, apaixonam-se e casam. Infelizmente, nem sempre isso dá certo e as pessoas divorciam-se. Nesse caso, é importante haver um direito comum, para lidar com as questões de pensões de alimentos e poder paternal. Se um austríaco e uma luxemburguesa viverem em Itália e aí se divorciarem, não pode, cada um deles apelar ao seu direito nacional.

É por este motivo que a cooperação entre os Estados da UE na área do direito civil é tão importante. Rege também os direitos de sucessão e muitas outras matérias que respeitam ao nosso quotidiano.

Os criminosos também se regozijam com as fronteiras abertas, porque acreditam assim poder escapar a uma ação penal. Mas enganam-se, uma vez que, entretanto, se estabeleceu uma estreita colaboração entre as autoridades policiais e judiciais. A Europol, Serviço Europeu de Polícia, coordena este trabalho de equipa.

Direitos europeus fundamentais

Os direitos do Homem e os direitos fundamentais revestem-se de extrema importância em todas as sociedades, uma vez que dizem respeito a todos os cidadãos. Na UE, uma união de democracias, os direitos fundamentais estão protegidos a nível nacional, na maior parte dos casos, por uma constituição. No entanto, uma vez que a própria União Europeia adota leis e regulamentos que afetam as pessoas, é importante haver também uma Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Esta carta é parte integrante do Tratado de Lisboa. Poderá consultar o texto da Carta no seguinte endereço:

http://europa.eu/legislation_summaries/human_rights/fundamental_rights_within_european_union/l33501_pt.htm

Exercício

Consulte a Carta dos Direitos Fundamentais europeia e compare-a com a sua constituição nacional ou a legislação nacional relativa à proteção dos direitos fundamentais!

Quais as regras que são semelhantes? O que consta apenas da Carta dos Direitos Fundamentais? O que falta na Carta dos Direitos Fundamentais? Elabore uma lista que forneça uma panorâmica geral.

Discussão

Discussão sobre a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

Qual a importância de uma Carta dos Direitos Fundamentais europeia? Precisamos mesmo desta Carta como complemento da legislação nacional de proteção dos direitos fundamentais? Se tivesse como missão escrever a Carta dos Direitos Fundamentais, o que mudaria? O que acrescentaria? O que eliminaria?

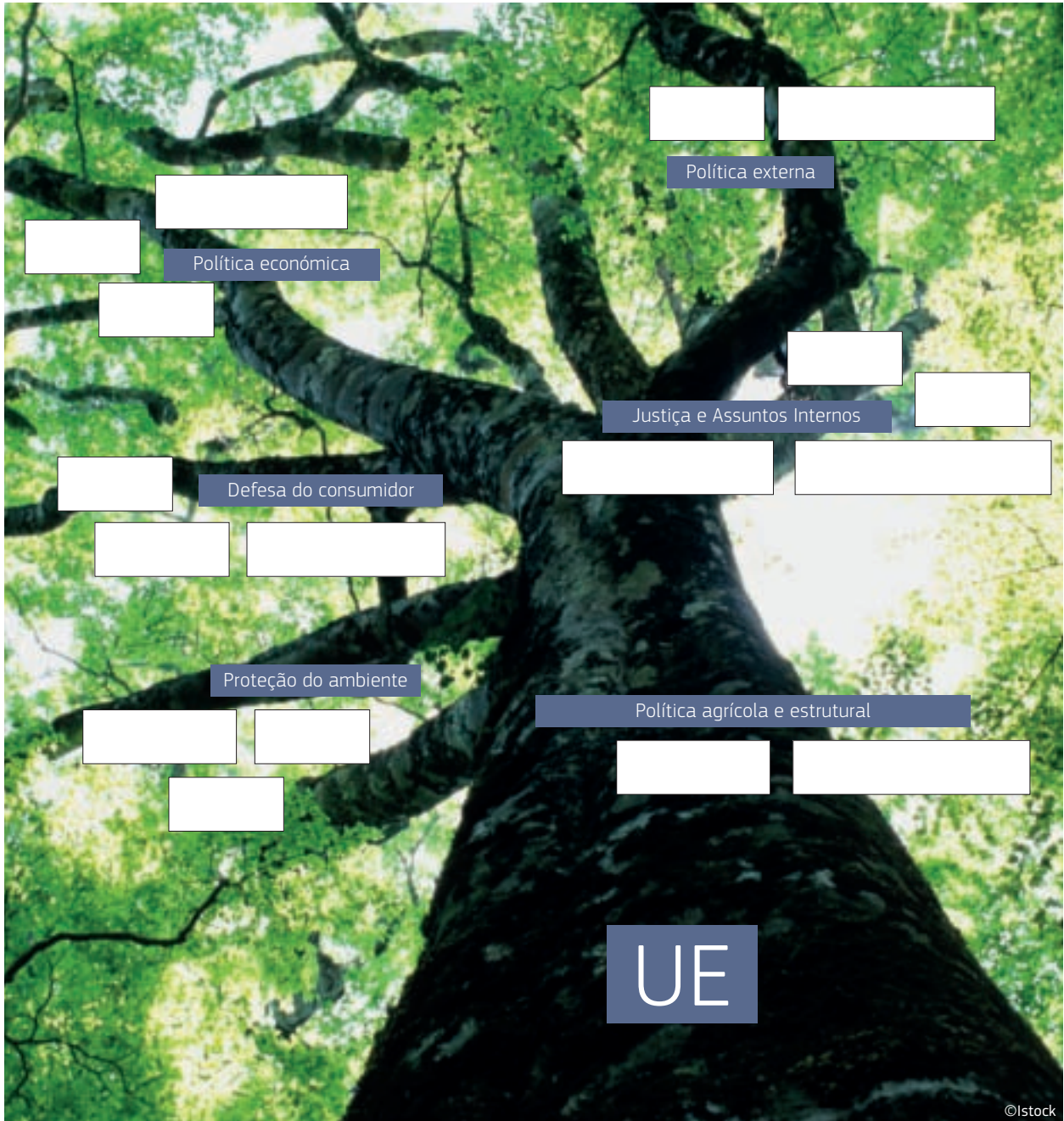
Aborde estas questões em pequenos grupos e compare em seguida os resultados!

Exercício

A árvore da política europeia

Na árvore da política europeia existem muitas folhas. Indicam-se aqui algumas áreas políticas, nas quais os Estados-Membros cooperam no âmbito da UE.

Ordene as folhas com as diferentes áreas políticas, para que fiquem no ramo correto!



Livre circulação de pessoas (Schengen)	Normas ambientais comuns	Moeda única	Energias renováveis	Política externa comum	Política comum de segurança e defesa	Política comum em matéria de asilo
Desenvolvimento rural	Mercado interno	Combater as alterações climáticas	Rotulagem dos géneros alimentícios	Normas alimentares vinculativas	Redução do tarifário das comunicações móveis em <i>roaming</i>	
Cooperação na luta contra a criminalidade	Política estrutural de apoio às regiões	Normas sociais mínimas vinculativas	Cooperação em matéria de processos civis e penais			

A Europa avança — O alargamento da União Europeia



Celebração do alargamento da UE na Porta de Brandeburgo, em Berlim. Na capital alemã, no dia 1 de maio de 2004, foram lançadas para o céu centenas de balões azuis da «Europa», para dar as boas-vindas a Chipre, à Eslováquia, à Eslovénia, à Estónia, à Hungria, à Letónia, à Lituânia, a Malta, à Polónia e à República Checa.

A União Europeia foi fundada por seis países, mas sempre pretendeu abranger toda a Europa, ou seja, manteve-se aberta a novos Estados-Membros.

Atualmente, a UE é composta por 28 membros e avizinham-se novas adesões. O que torna a UE tão atrativa para os outros Estados? E como prossegue o processo de alargamento? Estas questões serão tratadas no próximo capítulo.

Princípios da UE

► Do preâmbulo, ou seja, da introdução dos Tratados de Roma, celebrados em 1957, que instituíram a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica, constava já o seguinte:

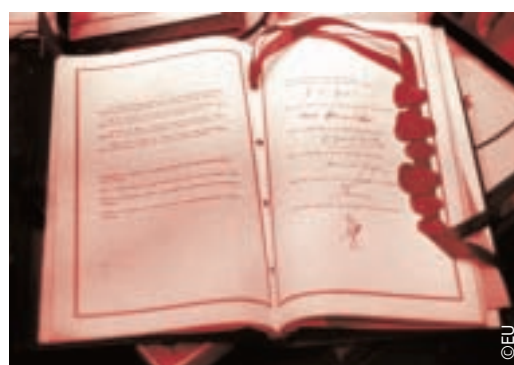
«Resolvidos a consolidar, pela união dos seus recursos, a defesa da paz e da liberdade e apelando para os outros povos da Europa que partilham dos seus ideais para que se associem aos seus esforços.»

Atualmente o artigo 49.º do Tratado da União Europeia refere o seguinte:

«Qualquer Estado europeu que respeite os valores referidos no artigo 2.º e esteja empenhado em promovê-los pode pedir para se tornar membro da União.»

Artigo 2.º do Tratado da União Europeia:

«A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres.»



Os acordos do Tratado de Roma com as assinaturas dos chefes de Governo e dos representantes dos governos dos seis membros fundadores.

Exercício

Quem pode tornar-se membro?

O que significam, em concreto, os princípios enunciados no artigo 2.º? O que tem de fazer um Estado que pretenda ser membro da UE e o que não pode de modo algum fazer? Qual é a sua opinião?

Um Estado...	...pode tornar-se membro da UE...	...não pode tornar-se membro da UE
que não concede liberdade de imprensa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
que pratica a pena de morte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
que permite aos seus cidadãos protestar contra o governo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
no qual é regularmente eleito o parlamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
em que governa um presidente até à sua morte e sucessão pelo respetivo filho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
em que homossexuais e lésbicas têm os mesmos direitos que os heterossexuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
em que a liderança do exército determina a política e, se necessário, intervém na política interna através do poder militar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
em que as pessoas são consideradas inocentes até um tribunal constatar a sua culpa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
em que há apenas um partido político, que, por conseguinte, está sempre no governo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
que protege as minorias, mesmo que a maioria gostasse de exercer mais pressão sobre as minorias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Onde se situam as fronteiras da Europa?

► A questão relativa às fronteiras da Europa não pode ser respondida em termos geográficos. Especialmente no que diz respeito ao Leste e Sudeste, a Europa não tem uma fronteira clara. Mesmo os geógrafos estão em desacordo sobre a questão de saber onde termina o continente. Na história da geografia, houve sempre delimitações diferentes consoante a perspetiva do especialista em causa.

Tal significa que não olhamos para o mapa ou globo terrestre e descobrimos a Europa, mas que temos presente uma imagem mental que, depois, redescobrimos. E isso torna-se evidente

onde existem, na realidade, fronteiras naturais do continente: no Norte e no Oeste. Na nossa conceção, a Islândia pertence inequivocamente à Europa. Efetivamente, este país situa-se muito longe do continente europeu, no mar do Norte.

É claro para todos nós que a Grã-Bretanha e a Irlanda pertencem à Europa. Contudo, o canal entre a França (o continente) e a Grã-Bretanha é mais largo do que o estreito de Gibraltar, que separa a Espanha de Marrocos.

Eis o que a Comissão Europeia tem a dizer sobre este tema:

«O termo "Europeu" combina elementos geográficos, históricos e culturais que contribuem todos para uma entidade europeia. A experiência partilhada de ideias, valores e interação histórica não pode ser condensada numa simples fórmula intemporal e está sujeita a revisão por cada nova geração.»

Fonte: Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho — «Estratégia de Alargamento e Principais Desafios para 2006 2007», Bruxelas, 8 de novembro de 2006, COM(2006) 649, p. 19.

Exercício

Onde termina a Europa?

Um país que pretenda pertencer à Europa tem, pois, de ser democrático. Porém, além disso, tem de ser «europeu».

Onde se situam as fronteiras da Europa? Pegue num mapa físico ou num atlas e determine as fronteiras da Europa! Quais são os seus critérios de decisão quanto à inclusão ou não de um país? Onde se situa a Turquia? A Islândia pertence à Europa? E a Geórgia? E a Gronelândia? E no caso de Marrocos?

Depois de ter determinado as fronteiras da Europa, leia o texto seguinte!



Exercício

Viagem à Austrália

Imagine que viaja até à Austrália no contexto de um programa de intercâmbio estudantil. A Austrália fica muito longe e definitivamente não pertence à Europa. Mas os seus colegas de turma, nesse país, ficam curiosos e pedem-lhe para fazer uma apresentação na sala de aula relativamente ao tema: «O que é a Europa?»

Prepare uma apresentação destas num pequeno grupo! Tem cinco minutos para a sua apresentação, ou seja, tem de se concentrar no mais importante e interessante. Como explicar a australianos da mesma idade o que é a Europa?

Proporcione-lhes uma espécie de «sabor» da Europa! Qual é o sentimento de viver aqui, como é sentir que é europeu? O que é, para si, ótimo na Europa e o que não considera tão positivo?

Em seguida, tem uma pequena lista de palavras-chave. Reflita sobre quais os aspetos que deseja ou não incluir na sua apresentação. E cuidado: cinco minutos não são muito tempo!

Geografia

Música

Bebidas

Viagens

História

Cinema

Liberdades

Formação

Diferenças

Literatura

Tempos livres e lazer

Problemas

Semelhanças

Comida

Economia

Perspetivas de futuro

Os Estados dos Balcãs Ocidentais

► Em 1 de julho de 2013, a Croácia aderiu à UE. Outros Estados dos Balcãs Ocidentais estão, em princípio, em vias de aderir: a Albânia, a Bósnia-Herzegovina, a antiga República jugoslava da Macedónia, o Montenegro e a Sérvia.

Além da Albânia, todos os Estados pertenciam à Jugoslávia, que se dissolveu parcialmente nos anos 90, em parte como resultado de duros combates. A Sérvia e o Montenegro formaram um único Estado até 2006, tendo-se separado depois pacificamente. A questão da pertença do Kosovo à Sérvia fez eclodir, em 1998/1999, um conflito violento, que só terminou com a intervenção da NATO contra a Sérvia. Após ter sido por fim colocado sob a administração da Organização das Nações Unidas, o Kosovo declarou a sua independência em 2008.

A UE considera que o facto de pertencer à União Europeia é a melhor possibilidade de garantir uma paz duradoura nestes países. Esta ideia foi reforçada, em 2003, pelos chefes de Estado e de Governo em Salónica, na Grécia. Porém, o Kosovo, não é reconhecido ainda por cinco países da UE à luz do direito internacional.

O longo caminho até à adesão à UE

Os Estados dos Balcãs Ocidentais têm um longo caminho à sua frente até serem admitidos na UE.

Em primeiro lugar, têm de celebrar com a União Europeia um Acordo de Estabilização e de Associação, que os obriga a implementar reformas. Naturalmente,

este acordo tem de ser posteriormente ratificado por todos os Estados-Membros e pelo respetivo país parceiro, ou seja, os parlamentos nacionais têm de o aprovar.

Em seguida, este acordo tem de ser transposto (implementado). Se isto funcionar, os Estados em causa podem solicitar a adesão à União Europeia. Se a Comissão Europeia der o seu parecer favorável sobre esta matéria, o Conselho Europeu, ou seja, os chefes de Governo e de Estado da UE, aceita os países em questão como candidatos.

Após a consolidação do processo de reforma, as negociações podem começar. O que está em causa nas negociações é a rapidez de adoção da legislação comum da UE por parte dos países candidatos.

Quando as negociações tiverem sido encerradas com sucesso — o que, por experiência, demora alguns anos —, o Tratado de Adesão tem de ser ratificado pelos respetivos países candidatos e por todos os Estados-Membros da UE. Em alguns Estados, tal implica a realização de referendos. O Parlamento Europeu tem também de votar favoravelmente. Só depois os países candidatos se tornam membros da União Europeia.

Em que etapa se encontram estes países?

Os Estados dos Balcãs Ocidentais encontram-se em diferentes etapas deste percurso. As negociações com a **Croácia** estão concluídas e sua adesão ocorreu



em 1 de julho de 2013. Relativamente ao **Montenegro**, a adesão está a ser negociada desde 2012. A antiga República jugoslava da **Macedónia** é oficialmente um país candidato, mas as conversações ainda não foram iniciadas. A **Sérvia** encontra-se na mesma situação. Os outros Estados (Albânia, Bósnia-Herzegovina e Kosovo) são considerados, até à data, como «candidatos potenciais». A **Albânia** celebrou um Acordo de Estabilização e de Associação com a UE, que está em vigor desde 2009. Em 2012, a Comissão Europeia recomendou conferir à Albânia o estatuto de país candidato. O Acordo de Estabilização e de Associação com a **Bósnia-Herzegovina** também já foi assinado, mas ainda não entrou em vigor. No **Kosovo** o desenvolvimento da democracia é apoiado por uma missão da UE.

Exercício

Onde se situam os Estados?

Insira o nome dos Estados e das suas capitais no mapa. Como ajuda, pode recorrer ao mapa que se encontra no verso.



Exercício

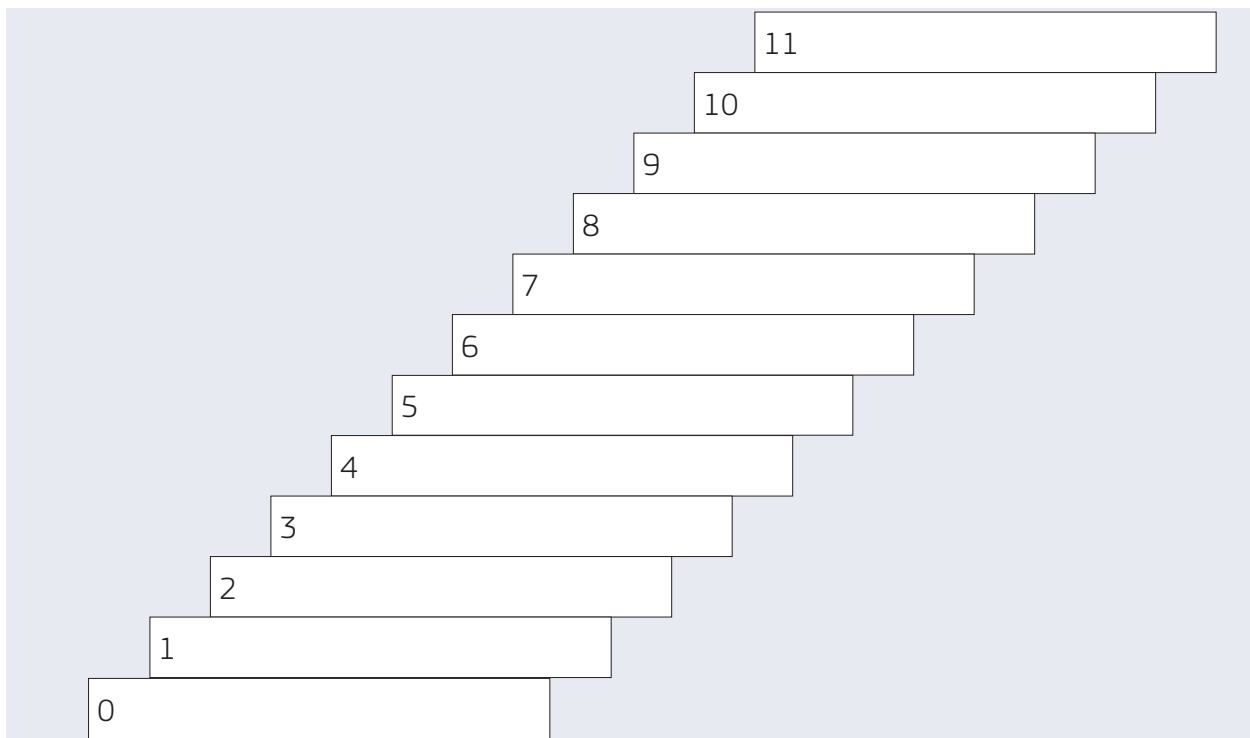
Etapas da adesão à UE

Contou as etapas que os países dos Balcãs Ocidentais têm de atravessar até poderem ser membros da UE?

Ordene as etapas seguintes que conduzem os Estados à adesão à UE!



Parecer favorável da Comissão Europeia relativamente ao pedido de adesão	Ratificação do Acordo de Estabilização e de Associação através dos Estados-Membros e do país parceiro	Pedido de adesão	
Início das negociações de adesão	Transposição (implementação) do acordo	Celebração de um Acordo de Estabilização e de Associação	Conclusão bem-sucedida das negociações de adesão
Ratificação do Tratado de Adesão em todos os Estados-Membros e no país parceiro (através dos parlamentos ou de referendos)	Nomeação como país candidato	Ratificação pelo Parlamento Europeu	Adesão



Exercício

Em que etapa se encontram os Estados dos Balcãs Ocidentais?

Insira o número apropriado na caixa correspondente!

	Albânia
	Bósnia-Herzegovina
	Kosovo
	Croácia
	antiga República jugoslava da Macedónia
	Montenegro
	Sérvia

Dois candidatos adicionais à União Europeia: Turquia e Islândia

► A Turquia, atualmente um Estado dinâmico, é um parceiro próximo da UE em muitos domínios. A UE é, por exemplo, o maior parceiro comercial da Turquia. A cooperação estreita com a UE teve início há cerca de 50 anos. Desde 1995, existe uma união aduaneira com este país. O processo de adesão, em si, começou em 1999, tendo sido apoiado unanimemente por todos os Estados-Membros. Atualmente, as opiniões dividem-se relativamente a saber se o processo vai finalmente conduzir, ou não, à adesão. Pertencer à UE continua a ser um objetivo estratégico da Turquia.



A Islândia, um país situado muito a Norte, é, desde 1993, membro do Espaço Económico Europeu, no qual se aplicam as regras vigentes no mercado interno da UE. O país é uma democracia estável e está estreitamente ligado à UE. Pertence também já ao espaço Schengen, que garante aos cidadãos um máximo de liberdade de circulação, uma vez que já não existem controlos nas fronteiras internas. A Islândia solicitou a adesão à União Europeia em 2009. As negociações de adesão decorrem desde julho de 2010.

Qual o próximo passo?

► É evidente que o debate sobre o alargamento não é de modo algum fácil. Por um lado, a União Europeia nunca se considerou um clube fechado, mas sempre pretendeu, e pretende, estar aberta a todos os países europeus.

A admissão de novos membros promoveu, no passado, a paz e a estabilidade na Europa. Após a queda da Cortina de Ferro e a desagregação da União Soviética, a UE foi capaz, através da sua política de alargamento, de expandir a zona de democracia e de economia de

mercado aos países da Europa Central e de Leste. Nove países que antes pertenciam ao antigo império soviético são agora membros da UE, além da Eslovénia e, desde 2013, da Croácia, que também faziam parte da cindida Jugoslávia, bem como as ilhas do mar Mediterrâneo, Malta e Chipre.

Por outro lado, a questão de saber onde termina esta Europa ainda não está resolvida (e não poderá ser decidida de uma vez por todas), nem a de saber até onde deverá ir a política de adesão, que

promete a integração a países e, finalmente, os integra verdadeiramente.

Esta política prosseguirá relativamente aos Estados da antiga Jugoslávia e à Albânia, que também pertence à região que atualmente denominamos os «Balcãs Ocidentais», bem como à Islândia e à Turquia. Todos estes países esperam tornar-se membros, mesmo que, em alguns casos, ainda possa demorar algum tempo até esta realidade se concretizar.

6

A Europa no mundo



Nós, os europeus, não estamos sozinhos no mundo, nem sequer somos, de forma alguma, a maioria da população mundial. Por este motivo, não nos podemos preocupar apenas connosco, mas temos igualmente de prestar atenção aos outros continentes. Precisamos também deles como parceiros para o nosso próprio bem-estar, dado que nos comprem os nossos produtos, oferecem as suas mercadorias e ainda porque nos fornecem as matérias-primas de que não dispomos.

Por outro lado, existem igualmente problemas que não nos podem deixar indiferentes. Referimos aqui as guerras e o subdesenvolvimento, que retiram a muitas pessoas a possibilidade de viver com dignidade. Além disso, a degradação do ambiente e as alterações climáticas não param nas fronteiras da União Europeia.

Exercício

Os continentes do mundo

Se ignorarmos a Antártida, podemos dividir o mundo em seis continentes: África, Ásia, Austrália/Oceânia, Europa, América do Norte e América do Sul. Existem ainda outras formas de divisão, que unem, sob a designação de América, a América do Norte e a América do Sul e, na Eurásia, a Europa e a Ásia. Aqui, vamos manter os seis continentes (excluindo a Antártida). Pesquise a informação em falta e insira-a na tabela!

Continente	Superfície	Área	População	Ordem hierárquica segundo a população	PIB(*) <i>per capita</i> em em US \$	Ordem hierárquica por PIB(*)
África						
Ásia						
Austrália/ Oceânia						
Europa						
América do Norte						
América do Sul						

(*) PIB: produto interno bruto.

Os interesses da Europa no mundo

- ▶ A Europa é um continente relativamente pequeno, mas relevante a nível económico. Disto resultam missões e interesses que pretendemos impor aos outros.
 - Exerce a sua influência sobre outras partes para estabelecer e manter a paz (por exemplo, no Médio Oriente e em África).
 - Ajuda os outros países a desenvolverem-se e a superar a pobreza, o analfabetismo e o subdesenvolvimento.
 - Promove mundialmente a democracia e o Estado de direito.
- A UE persegue vários objetivos na sua política internacional:
 - Protege os seus interesses e luta contra o terrorismo, a criminalidade organizada e a imigração ilegal.
 - Contribui para a preservação de um ambiente agradável (política ambiental, proteção do ambiente).



Exercício

Desafios globais

No final de 2003, a União Europeia traçou uma estratégia de segurança na qual definiu os pontos mais importantes neste domínio. Essa estratégia enumera os desafios globais que a UE enfrenta.

Leia os desafios seguintes e faça corresponder as diversas áreas problemáticas abaixo indicadas às propostas de solução da Estratégia de Segurança Europeia!

Desafios globais	Solução proposta
Guerras e conflitos internos	
Pobreza	
Doenças	
Subdesenvolvimento	
Escassez dos recursos	
Dependência energética da Europa	
Envelhecimento da população europeia	
Terrorismo	
Proliferação de armas de destruição maciça	
Criminalidade organizada	
Ameaças para o meio ambiente	

Soluções propostas pela Estratégia de Segurança Europeia:

Ajuda ao desenvolvimento em África	Perdão da dívida aos países subdesenvolvidos	Apoio da democracia nos outros países	Preservação das reservas de água do planeta
Estabelecimento dos sistemas de saúde nos países menos desenvolvidos	Combate ao terrorismo internacional	Combate às alterações climáticas	Garantia da paz através da intervenção militar
Acordos internacionais para controlo de armas e de desarmamento	Diálogo com o mundo islâmico	Cooperação em matéria de energia além das fronteiras da Europa	Imigração controlada
Luta contra a poluição dos oceanos a nível mundial	Cooperação policial a nível internacional	Abertura dos mercados europeus a produtos dos países desenvolvidos	Segurança na Internet

Fortaleza Europa?

► Uma questão de grande relevância na União Europeia é a migração. Migração significa na realidade «movimento» e descreve a circunstância de as pessoas deixarem um local para se estabelecerem noutra. Na verdade, o debate em aberto gira em torno da imigração, ou seja, da entrada de estrangeiros na UE. Existe uma **imigração legal** para os Estados-Membros da União Europeia, isto é, pessoas oriundas de países não-membros da UE que aqui chegam com autorização oficial para trabalhar, estudar ou simplesmente residir (por exemplo, o cônjuge de um cidadão europeu) na UE. Muitas destas pessoas imigram porque esperam encontrar uma vida melhor na União Europeia. Mas elas também são importantes para nós, motivo pelo qual, por vezes, as angariamos diretamente. Os imigrantes trazem consigo, nomeadamente, os seus conhecimentos e a disponibilidade para se empenharem aqui ativamente na nossa economia. A migração de jovens é especialmente importante para a UE, uma vez que as nossas sociedades,

em média, estão a envelhecer — com todos os problemas que daí advêm a nível de pensões e dos sistemas de segurança social.

Para facilitar a instalação na União Europeia de mão-de-obra qualificada oriunda de países situados fora do seu território, foi criado o «cartão azul», que permite a esses trabalhadores trabalhar na UE por um período de um a quatro anos. Até agora, a maioria dos trabalhadores migrantes qualificados tem-se deslocado de países terceiros para os EUA.

Além da imigração legal e desejada, existe a **imigração ilegal**, ou seja, as pessoas que vêm sem autorização. Estas pessoas violam as leis dos Estados da UE, mas são, muitas vezes, vítimas de redes de imigração clandestina, que lhes usurpam o último dinheiro que têm em troca de uma entrada ilícita nas fronteiras da UE. Para muitas pessoas do mundo, a Europa parece um paraíso, para onde tentam fugir. São amplamente conhecidas as fotografias de africanos que embarcam em barcos de pesca

de qualquer tipo e, posteriormente, são apanhados pelas patrulhas maltesas, italianas ou espanholas de controlo das fronteiras.

Ninguém sabe exatamente o número de pessoas que reside ilegalmente na Europa. Segundo as estimativas da Comissão Europeia, poderão ser cerca de 4,5 milhões.

A União Europeia envida grandes esforços no sentido de acabar com a imigração ilegal. Podem citar-se, a este respeito, os controlos reforçados das fronteiras externas e uma cooperação mais estreita com os países de origem. Em simultâneo, trabalha-se intensamente no sentido de conceder aos cidadãos de países que não pertençam à UE as possibilidades legais de entrarem e residirem na UE. No âmbito da sua política de cooperação para o desenvolvimento com os países pobres do mundo, a UE tenta contribuir para melhorar as condições de vida nos países de origem dos imigrantes ilegais, de modo que estas pessoas já não tenham necessidade de deixar o seu país.

A UE e os seus parceiros de cooperação

► A UE mantém relações com vários países do mundo, incluindo contactos intensos com os países em desenvolvimento da África e da América Latina e com os grandes e pequenos Estados asiáticos. Não é possível abordar aqui estas múltiplas relações, mas no seguinte sítio Internet da União Europeia é possível obter mais informações sobre este assunto: http://europa.eu/pol/cfsp/index_pt.htm

Uma prioridade especial da política externa da UE é a cooperação para o desenvolvimento com o grupo de Estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Com os atuais 79 «Estados ACP» são celebrados acordos de parceria económica, que visam ajudar estes países a integrarem-se na econo-

mia mundial e a lutar eficazmente contra a pobreza a nível nacional.

A União Europeia e os seus Estados-Membros representam, em conjunto, a maior fonte de ajuda ao desenvolvimento no mundo. Mais de metade dos fundos para os países pobres provém da UE. Além disso, a política de desenvolvimento engloba mais do que o simples abastecimento de água potável e a construção de estradas pavimentadas, por muito importante que isso possa ser. A UE incentiva também o desenvolvimento através do comércio, ao abrir os seus mercados às exportações dos países em desenvolvimento e ao encorajá-los a intensificarem as trocas comerciais entre si.

Exercício

A política de cooperação para o desenvolvimento da UE

Em seguida, enumeram-se as diferentes áreas da política de cooperação para o desenvolvimento da UE. Atribui os números às imagens e às respetivas medidas de cooperação para o desenvolvimento! Tenha em atenção que as imagens e as medidas correspondentes não aparecem sempre lado a lado!



N.º	Imagem	N.º	Medida
<input type="checkbox"/>	Apoio a instituições médicas através do fornecimento de ambulâncias na África do Sul	<input type="checkbox"/>	Promoção dos direitos do Homem e da democracia
<input type="checkbox"/>	Formação de trabalhadores florestais na Papua-Nova Guiné	<input type="checkbox"/>	Construção de infraestruturas
<input type="checkbox"/>	Fornecimento de arroz no porto de Zanzibar para distribuição às pessoas mais necessitadas	1	Promoção das energias renováveis/aprovisionamento de energia
<input type="checkbox"/>	Desminagem no Laos	<input type="checkbox"/>	Abastecimento de água
<input type="checkbox"/>	Construção de poços, aqui em Dacca, Bangladeche	<input type="checkbox"/>	Resolução de conflitos/manutenção da paz
<input type="checkbox"/>	Concessão de microcréditos a costureiras na Bósnia-Herzegovina	<input type="checkbox"/>	Promoção da saúde
1	Produção de eletricidade a partir de energia eólica, Bolívia	<input type="checkbox"/>	Proteção do ambiente
<input type="checkbox"/>	Observação das eleições na Nigéria	<input type="checkbox"/>	Medidas para promover o crescimento económico
<input type="checkbox"/>	Apoio às escolas, em Eterasama, na região de Chapare, Bolívia	<input type="checkbox"/>	Garantia de uma educação básica para todos
<input type="checkbox"/>	Construção de estradas no Benim	<input type="checkbox"/>	Erradicação da pobreza

Discussão

Discussão sobre a migração

Cerca de 214 milhões de pessoas residem num Estado que não é a sua pátria. Consegue imaginar-se a abandonar a sua pátria para sempre? Por que motivos o faria? Por que razão viajaria para um país, mesmo sabendo que não se é bem-vindo ou que a imigração é proibida? Discuta estas questões no grupo! Informe-se sobre os motivos que levam as pessoas a imigrar para os nossos países, vindas do Sul ou do Leste, e aborde estas informações em discussões de grupo!

A Europa no mundo

- ▶ A Europa não é uma ilha, mas uma parte do mundo, que está a crescer cada vez mais em conjunto. Por esse motivo, a UE tem igualmente a responsabilidade de intervir a nível internacional e fá-lo não só para defender os seus interesses, como também para influenciar de forma positiva o desenvolvimento do planeta, ajudando as pessoas que não vivem em condições tão boas e com tanta segurança como os cidadãos europeus.

Deste modo, a UE está fortemente empenhada em limitar as alterações climáticas e esforça-se por envolver igualmente os restantes países que emitem grandes quantidades de dióxido de carbono para a atmosfera numa estratégia comum. É o caso, por exemplo, de países como os EUA e a China. Outras questões de proteção ambiental assumem também grande relevância e só podem ser resolvidas em conjun-

to. A poluição dos oceanos ou a sobrepesca são alguns exemplos disso.

A UE defende a democracia a nível mundial e tenta exercer a sua influência no sentido de persuadir os outros países a respeitarem os direitos e as liberdades democráticas fundamentais e de os concederem aos seus cidadãos.

A UE trabalha ainda muito ativamente para que sejam alcançados os chamados «Objetivos do Milénio» das Nações Unidas que, em resumo, visam reduzir para metade a pobreza extrema até 2015. Trata-se, neste caso, de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia.

A Europa não pode decidir sozinha o destino do nosso planeta, mas, sem a Europa, nada avança. Vivemos num mundo em que não podemos estar bem se os outros estiverem mal.

O futuro da Europa



«Onde querem estar a viver no ano de 2030, como querem viver e o que querem fazer?»

A União Europeia é mais do que uma aliança económica. É uma comunidade de valores, ou seja, uma união de Estados e cidadãos que partilham e defendem as mesmas convicções fundamentais. Nesse contexto, as várias questões que se colocam no século XXI são diferentes das do século XX. A paz entre os Estados-Membros está assegurada e as antigas inimizades foram transformadas em relações de amizade estáveis ou, pelo menos, em parcerias pacíficas. Contudo, a UE enfrenta novos desafios que precisa de resolver, por forma a poder salvaguardar, também no novo século, os valores fundamentais em benefício dos cidadãos europeus.



Exercício

O ano de 2030 e eu

Onde pretende viver no ano de 2030, como quer viver e o que deseja fazer?

Cada um responde, com certeza, de forma diferente a esta pergunta. Contudo, a realização dos desejos não depende apenas das capacidades pessoais e da sorte, mas também das circunstâncias políticas.

Qual é o seu projeto, quais são as suas exigências de natureza política?

No ano de 2030, quero residir em _____ e trabalhar como _____

_____. Gostaria de ter as seguintes condições de vida a nível pessoal:

Para conseguir alcançar estes objetivos, exijo atualmente aos políticos do meu país:

Da política europeia, exijo atualmente:

A Europa no mundo globalizado

► É evidente que as economias dos Estados europeus estão a enfrentar grandes desafios, os quais resultam, por um lado, da globalização, ou seja, do alargamento da economia de mercado a grande parte do mundo. Os bens, os capitais, as ideias e as informações atravessam muito rapidamente as fronteiras, estão disponíveis em toda a parte — e criam uma concorrência mundial.

Isto tem consequências diretas para nós: para uma empresa em França, já não é apenas determinante o que os concorrentes oferecem no próprio país ou para além dos Pirenéus, em Espanha. É tam-

bém necessário ter em consideração aquilo que é produzido na China, nos EUA ou na Índia e a que preço, devendo ser capaz de competir com esse preço — quer através da oferta dos seus produtos a preços igualmente reduzidos, quer através da produção de mercadorias que, embora sendo mais caras, também são de melhor qualidade.

Por outro lado, as nossas condições de vida estão a alterar-se, por motivos que não estão de forma alguma relacionados com a globalização. Os cidadãos estão a ficar mais velhos e as sociedades estão simultaneamente a envelhecer. O primeiro facto mencionado é bastante

agradável, pois significa que vivemos mais tempo. No entanto, também significa que as despesas na área da saúde são cada vez maiores e as pensões têm de ser pagas durante mais tempo.

Ao mesmo tempo — e este facto já é bem menos positivo —, o número de recém-nascidos está a diminuir. Nas últimas décadas, muitas pessoas optaram por ter uma família mais pequena ou nem sequer ter filhos. Porém, isso constitui também um problema económico, pois existem cada vez menos pessoas jovens que têm de apoiar um número cada vez maior de pessoas idosas.

A União Europeia do futuro

Atualmente, tem-se assistido a um grande debate na UE e nos seus Estados-Membros sobre a forma como a UE deve evoluir no futuro. Muitas pessoas estão a tecer considerações sobre o futuro da Europa e, naturalmente, os dirigentes da UE estão também a refletir sobre este assunto. Seguem-se alguns exemplos: analisem-nos e discutam depois o que pensam sobre os mesmos!

1. José Manuel Barroso

Presidente da Comissão Europeia, discurso proferido no Diálogo dos Think Tank em Bruxelas sobre o tema «O Estado da UE em 2013: Federalismo ou Fragmentação?» / Bruxelas, 22 de abril de 2013:



«Penso igualmente que, numa altura, em que a Europa parece vacilar frequentemente entre integração e fragmentação, se torna necessário esclarecer quais são os nossos planos, opções e intenções de natureza política. Temos de fazer uma escolha fundamental, se quisermos fazer da ideia europeia e dos valores europeus um êxito, tanto dentro como fora das nossas fronteiras.

Eu, por exemplo, não tenho tido medo de utilizar a palavra proibida: "federalismo". Em primeiro lugar, federalismo significa exatamente o contrário daquilo que muitas pessoas suspeitam ou receiam. Uma federação não é um super-Estado, mas uma associação democrática de Estados-nação, capaz de abordar os problemas comuns através de uma partilha da soberania, para que cada país e cada cidadão se sintam bem preparados para controlar o seu próprio destino. Tal implica, pois, que reconheçamos explicitamente que é impossível unir a Europa contra a vontade dos Estados-Membros — logo, precisamos de construí-la em conjunto com os Estados-Membros. Acredito numa Europa em que as pessoas têm orgulho das suas nações, mas se sentem simultaneamente

orgulhosas por serem cidadãos europeus e pelos nossos valores europeus.

A União Europeia, sob a sua forma atual, apresenta já inegavelmente diversos elementos de natureza federal: uma Comissão Europeia supranacional, mandatada para promover o interesse geral europeu, um Parlamento Europeu eleito diretamente, um Banco Central Europeu independente e um Tribunal de Justiça alicerçado num sistema de Direito cuja primazia sobre o direito nacional é reconhecida. Todas estas instituições têm poderes supranacionais, que têm sido ampliados ao longo do tempo.

A separação de poderes entre o poder central e os diferentes Estados-Membros nunca é algo de imutável; poderá ser sempre posta em causa e é sempre posta em causa. Mesmo nos Estados tradicionalmente federais, desde os EUA até à Alemanha, está presentemente em curso um debate sobre a subsidiariedade, discutindo-se aquilo que o governo federal pode, e deve, fazer e onde terminam, ou deveriam terminar, os seus poderes.

Nas próximas décadas, creio que a União Europeia olhará mais para o futuro e também mais para além das suas fronteiras.

Representará um instrumento extremamente forte para os cidadãos europeus e para os Estados-Membros, a fim de, em conjunto, modelarmos a globalização, garantindo a defesa dos nossos valores comuns. O mundo está a mudar muito rapidamente e os Estados-Membros da UE podem desempenhar, em conjunto, um papel decisivo. Só se nos mantivermos unidos e reforçarmos as nossas instituições comuns, seremos capazes de vencer os desafios impostos pela crise

económica e financeira, pela escassez de recursos, pelas alterações climáticas e pela situação da pobreza e do subdesenvolvimento no mundo. E, juntos, criaremos também melhores condições para a proteção dos nossos valores comuns e para preservar, reformando-os simultaneamente, o nosso modelo social, a nossa economia social de mercado e as características mais importantes do estilo de vida europeu.»

Fonte: http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-346_en.htm

2. Martin Schulz

Presidente do Parlamento Europeu, afirmou num livro sobre a União Europeia de que é autor:



«Estou convencido de que a Europa tem, cada vez mais, de crescer em conjunto, se não quiser fracassar. Esta exigência poderá não ser surpreendente, vinda da boca de um político europeu; afinal de contas, o público está farto de ouvir pregar sobre o facto de a nossa comunidade funcionar à semelhança de uma bicicleta: se alguma vez pararmos de pedalar, a bicicleta cai. No entanto, não é isso que quero dizer. A integração europeia não tem forçosamente de ser sempre impulsionada para evitar o colapso da UE. É perfeitamente possível conceber um estádio que se possa aceitar como a fase final e estável do processo de integração. Contudo, esse estádio ainda não foi alcançado. Refiro-me a uma maior cooperação, que tem por base o mero reconhecimento de que



Jello: «Escolham uma resposta e discutam os vossos resultados na sala de aulas!»

não trabalhámos de forma perfeita em relação a alguns domínios quando construímos o edifício europeu. Deste modo, possuímos, por exemplo, uma moeda única, mas não uma política fiscal e financeira comum. Algo tinha de correr mal e, agora, os muito citados mercados mostram, todos os dias, de que forma é possível colocar os europeus constantemente uns contra os outros, devido a esse erro. No que diz respeito à política de despesas da UE, seguimos também uma orientação errada. Em vez de investirmos em áreas de crescimento importantes para o futuro, despejamos o nosso dinheiro em sorvedouros de subsídios e mantemos as indústrias do passado artificialmente em funcionamento. Quase tão grave é a

nossa multiplicidade babilónica de vezes em relação à política externa e de segurança, que nos torna no alvo da chacota internacional.

Por último, mas não menos importante, necessitamos também, a médio prazo, de uma clareza a nível institucional na UE, visto que até os especialistas têm revelado dificuldades em distinguir as competências próprias do presidente do Parlamento Europeu, do presidente da Comissão, do presidente do Conselho e do presidente do Conselho Europeu. Precisamos urgentemente de um verdadeiro governo europeu, eleito e controlado pelo Parlamento.»

(Martin Schulz: *Der gefesselte Riese: Europas letzte Chance*, Berlim 2013)

3. Herman Van Rompuy

Presidente do Conselho Europeu, pronunciou-se, num discurso em Copenhaga, sobre a reconquista da confiança dos cidadãos.



«A crise bancária e a crise das dívidas soberanas abalaram a confiança do público na força das nossas economias nacionais: "A Europa poderá continuar a ser um continente atrativo e competitivo neste mundo em rápida mutação?" Todavia, existe igualmente alguma an- ►



E se...? Um vídeo coloca a pergunta: como seria a nossa vida se não existisse a UE? Podem encontrar o vídeo neste sítio Internet: http://bit.ly/Debate_Europe

► siedade relacionada com o projeto europeu: "A União Europeia poderá fornecer as respostas certas?" O facto é que todas as nossas economias têm de se adaptar à evolução do mundo.

Para nos mantermos competitivos, nós, cidadãos europeus, precisamos de trabalhar mais e melhor e de sermos mais inovadores e criativos. E não podemos continuar a viver acima das nossas possibilidades. As reformas são necessárias — com ou sem UE. Um défice orçamental de 15% e uma dívida pública de 160% do PIB são inaceitáveis — com ou sem UE. É necessário aumentar a competitividade das nossas economias nacionais — com ou sem UE.

No entanto, aos olhos do público, mesmo quando as decisões são tomadas a nível nacional, a culpa é muitas vezes atribuída à União Europeia. A verdade é que, nos períodos favoráveis, não mudámos nada ou não mudámos o suficiente. Por isso, temos de levar a cabo transformações nos tempos difíceis. Não obstante, será sempre mais fácil se o fizermos em conjunto! Todos os dirigentes políticos da Europa o sabem e

agem em conformidade, como o posso constatar em todas as cimeiras. Porém, como poderemos convencer os cidadãos? É esse o derradeiro desafio.

Emprego, crescimento e a respetiva condição prévia, estabilidade política e financeira: são estes os principais ingredientes para reconquistar a confiança das pessoas — a sua confiança na força e resistência do nosso continente, das economias europeias e a sua confiança no projeto europeu. Mais uma vez, tudo está estreitamente interligado.

Os políticos podem ainda reconquistar a confiança do público de outra forma: os líderes políticos têm de dizer a verdade.

Uma dessas verdades é o facto de ser preciso tempo até que as reformas tenham um efeito visível sobre o crescimento e o emprego. Outra verdade é que a resposta definitiva à crise não está na criação de instrumentos financeiros (fundos e obrigações), mas na introdução de alterações na economia real. Uma terceira verdade é que os custos da "não-Europa" seriam insustentáveis.

Aqueles que afirmam que o seu país seria capaz de ter êxito sozinho, estão não só a tentar vender ilusões, como também estão a mentir! O populismo e o nacionalismo não podem ser as respostas aos desafios dos nossos tempos. Os políticos têm de deixar bem claro o que está em jogo. Além disso, têm de defender firmemente as suas convicções europeias. Como se pode exigir que a causa europeia seja impulsionada, quando os dirigentes políticos não têm a coragem de defender e promover a integração europeia? É tão simples como isso. Precisamos de uma política europeia, mas também de uma língua europeia.»

(«*Beyond the institutions: Why Europe today?*», discurso proferido por Herman Van Rompuy, presidente do Conselho Europeu, na Conferência Europeia em Copenhaga, 11 de maio de 2012

Fonte: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/130149.pdf

Agora é a SUA vez!

- Qual é a sua opinião sobre este tema? A evolução da União Europeia afeta sobretudo as gerações mais jovens, que vivem e desejam organizar a sua vida no século XXI. Quais são os seus desejos? O que considera importante?

Aproveite os textos dos principais dirigentes europeus para abordar estas questões. Elabore individualmente uma lista de prioridades! Quais são os três pontos mais importantes? Indique mais três pontos para aquilo que não querem de forma alguma.

Essa lista poderá ter o seguinte aspeto:

Quero absolutamente:	Não quero de todo:
1.	1.
2.	2.
3.	3.

Comparem as vossas prioridades com os outros e discutam na sala de aula como deve ser o futuro da Europa.

Eis algumas sugestões: como deve ser a futura UE para poder enfrentar os desafios? Reflitam igualmente sobre aquilo que já foi discutido na tarefa sobre a moeda única («Quem deverá decidir sobre a moeda única?», página 49).

Dimensão

- A UE tem de se tornar maior. Só poderá ter o peso necessário com mais Estados do que atualmente.
- A UE não pode aceitar mais Estados-Membros, caso contrário ficará demasiado heterogénea e perderá a sua capacidade de ação.
- A UE tem de reduzir a sua dimensão. De modo a reforçar a sua coesão, os países que não têm vontade de continuar a contribuir para a evolução da UE, devem deixar de fazer parte da União.

Competências

- A UE tem de receber mais direitos dos Estados-Membros para poder agir eficazmente, ou seja, devem ser tomadas mais decisões a nível central, em Bruxelas e Estrasburgo, para toda a UE.
- A UE deve manter a repartição de funções entre ela própria e os Estados nacionais, pois estas estão bem equilibradas.
- A UE deve devolver competências aos Estados-Membros e focar-se no essencial, isto é, no bom funcionamento do mercado interno. A proteção do ambiente, a defesa do consumidor e a política externa devem ser assumidas pelos Estados-Membros.

Força Militar

- A UE tem de criar o seu próprio exército europeu, para poder reforçar as suas exigências e realizar as suas próprias ações militares, como, por exemplo, nos Balcãs ou em África.
- A UE é uma potência civil e não deve envolver-se em questões militares.

- A UE deve manter a sua cooperação atual com a NATO e utilizar as suas forças de reação apenas em intervenções limitadas, quando a NATO não demonstrar interesse em intervir.

Tomada de decisões

- Na UE as decisões devem ser tomadas unicamente pelo Parlamento Europeu, porque os seus deputados são eleitos por todos nós.
- As decisões na UE devem continuar a ser tomadas pelo Conselho da União Europeia em conjunto com o Parlamento Europeu.

- As decisões importantes devem ser sujeitas a um referendo europeu, a realizar no mesmo dia em toda a UE.

Processo decisório

- Na UE, as decisões devem ser tomadas, em geral, por maioria, porque, com quase 30 Estados, raramente será possível chegar a um acordo e, se for possível, apenas mediante processos muito longos.
- Na UE, as decisões devem ser tomadas, em geral, por unanimidade, visto que não se deve derrotar um Estado independente pelo número de votos.
- Na UE, as questões correntes devem ser decididas por maioria e as questões essenciais por unanimidade, pois isso seria um bom equilíbrio entre a eficiência e consideração por todos.

O euro

- Quantos mais Estados adotarem o euro como moeda, mais unida ficará a Europa. Devemos, portanto, insistir para que o maior número possível de Estados adote a moeda única e,

eventualmente, ajudá-los financeiramente nesse sentido.

- Apenas os países que cumpram realmente as condições da União Monetária devem ser membros da área do euro. Deverão ser sujeitos a um controlo permanente quanto ao cumprimento das regras.
- Uma moeda única não é boa para a Europa. As crises mostram precisamente que, na UE, não é possível chegar a acordo sobre uma política comum. Uma política financeira e monetária nacional poderá atuar melhor e mais rapidamente. A UE devia, portanto, regressar às moedas nacionais, o que não exclui, por seu turno, a cooperação.

Emprego

- A União Europeia deve criar emprego de forma ativa. Podiam ser criados muitos postos de trabalho através de projetos de infraestruturas internacionais financiados pela UE, por exemplo, a construção de estradas e pontes para interligar os Estados-Membros da UE.
- Os próprios países sabem qual a melhor forma de criar emprego no seu território nacional. A UE não precisa de se preocupar com isso.
- Na realidade, não é preciso criar emprego, pois existe uma oferta de emprego suficiente na Europa. Através do alargamento da livre circulação e de melhores informações, as pessoas que procuram um emprego poderiam encontrar mais rapidamente um posto de trabalho.

A União das cidadãs e dos cidadãos



► Como já vimos, os cidadãos europeus na UE são representados pelo Parlamento Europeu.

O Parlamento Europeu é eleito por todos os cidadãos com direito de voto na União Europeia por um mandato de cinco anos. A idade mínima para exercer o direito de voto é de 18 anos, com exceção da Áustria, onde o direito de voto se adquire aos 16 anos. A idade mínima exigida para a elegibilidade difere nos Estados-Membros. Enquanto, por exemplo, na Finlândia, na Dinamarca ou na Alemanha, a idade mínima exigida para a elegibilidade para o Parlamento Europeu é de 18 anos, na Lituânia, na Polónia ou na Grã-Bretanha a idade mínima é de 21 anos. Em Chipre, na Itália ou na Grécia, é necessário ter-se, no mínimo, 25 anos para se poder vir a ser deputado do Parlamento Europeu. Os cidadãos da UE que residam noutro país da UE (por exemplo, um austríaco a residir na Hungria) podem aí exercer o seu direito de voto. O Parlamento é um órgão de decisão importante da política europeia. O Parlamento é, juntamente com o Conselho, o legislador da União Europeia, o que significa que, sem o Parlamento Europeu, nada funciona na Europa!

Embora o Parlamento Europeu tenha funções importantes e represente diretamente os cidadãos, o interesse pelas eleições europeias é relativamente reduzido. A influência do Parlamento Europeu aumentou consideravelmente desde 1979. O Parlamento pode participar na tomada de decisão relativamente a cada vez mais domínios. Se bem que atualmente o Parlamento Europeu tenha, portanto, muito mais influência do que tinha há 30 anos, a participação nas eleições diminuiu. Em média, na UE, apenas 43% dos cidadãos votaram nas últimas eleições para o Parlamento Europeu em 2009.

Exercício

Por que razão a participação nas eleições é tão reduzida?

Partilhem as vossas ideias e reflexões num grupo pequeno e perguntem, em seguida, a pessoas que em 2009 podiam exercer o direito de voto (por exemplo, os vossos pais, pessoas conhecidos ou a passantes na rua), se participaram nas eleições para o Parlamento Europeu. Caso não tenham participado, perguntem-lhes porquê.

Reúnam os vossos resultados num cartaz, colocando os argumentos «a favor e contra a participação nas eleições» lado a lado numa tabela! Lembrem-se de mais alguns argumentos? Então acrescentem-nos!

Exercício

E no seu caso?

Como agirá?

Justifique a sua decisão! O que teria de acontecer para mudar a sua decisão?

Na primavera de 2014		tenho o direito de voto		ainda não tenho o direito de voto
Eu vou/iria		votar		ficar em casa

A União Europeia — Uma aliança com futuro

- ▶ A União Europeia foi criada após a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de substituir a hostilidade secular entre os Estados europeus por uma relação de amizade e cooperação.

Passados mais de 50 anos, pode-se dizer que esse objetivo foi alcançado. É certo que ainda existem preconceitos mútuos, mas nenhum Estado ameaça outro com declarações de guerra. As diferenças de opinião são discutidas na sala de conferências e, regra geral, são resolvidas através de um compromisso aceitável para todos os Estados envolvidos.

A União Europeia alcançou, portanto, o seu objetivo inicial de assegurar a paz entre os Estados-Membros. Contudo, não se tornou supérflua, pois os

valores que representa continuam a ser válidos.

A Europa enfrenta novos desafios — desde a luta contra as alterações climáticas, passando pela sua participação na gestão da globalização, até à luta contra o terrorismo internacional. É evidente que nenhum Estado da Europa poderá resolver estas questões sozinho. Todavia, em conjunto, somos quase 500 mil milhões de pessoas apoiadas num sistema económico forte e boas bases de educação. Juntos, conseguimos realizar algo. A União Europeia ajuda-nos, permitindo-nos organizar a nossa vida pessoal de acordo com os nossos desejos.

Como é natural, continuará sempre a existir um debate e uma discussão sob-

re a futura evolução da UE. Não existe uma solução mágica e os pontos de vista divergem muito nos diferentes Estados-Membros.

A UE é, pois, um «uma obra inacabada», uma organização em plena transformação. Para que esta evolua no sentido que nós, cidadãos da Europa, consideramos certa, é necessário o nosso empenho. O primeiro passo é a participação nas eleições para o Parlamento Europeu. Quanto maior for a participação nas eleições, tanto mais fortemente o Parlamento poderá exercer a sua influência e participar na tomada de decisões. Se não queremos que sejam outros a decidir por nós, teremos de ser nós próprios a fazê-lo. O Parlamento Europeu ajuda-nos nesse sentido.

Nós e a Europa

- ▶ Uma boa forma de obterem informações sobre o Parlamento Europeu é convidarem o(s) vosso(s) deputado(s) europeu(s) a visitar a vossa escola e colocarem-lhe(s) perguntas. Naturalmente, uma conversa com um deputado do Parlamento Europeu não é a única possibilidade de se informarem sobre a Europa ou de se empenharem pessoalmente.

«Esperamos que tenham achado interessante! Se desejarem saber mais, apresentamos algumas sugestões na página seguinte. Adeus!»



Seguem-se algumas sugestões sobre aquilo que se poderá ler ou fazer para que a Europa se torne mais «presente» nas nossas vidas.

- **Espaço dos mais novos.**
Jogos e passatempos sobre a UE para crianças e jovens
Sítio web: http://europa.eu/kids-corner/index_pt.htm
- **Espaço dos professores.**
Material didático sobre a União Europeia e as suas atividades
Sítio web: http://europa.eu/teachers-corner/index_pt.htm
- **Portal Europeu da Juventude.**
Páginas europeias e nacionais para jovens sobre temas como estudar, trabalhar, viajar e muito mais
Sítio web: http://europa.eu/youth/EU_pt
- **Europe direct.**
Centros de informação da UE espalhados por toda a Europa. Poderá colocar as suas perguntas por telefone ou correio eletrónico ou visitar um centro próximo de si:
http://europa.eu/europedirect/meet_us/portugal/index_pt.htm
- **A história da União Europeia.**
Informações e vídeos sobre os fundadores da UE
Sítio web: http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm
- **A sua Europa.**
Ajuda e aconselhamento para os cidadãos da UE e seus familiares
Sítio web: http://europa.eu/youreurope/citizens/index_pt.htm
- **Debate sobre o futuro da Europa.**
Portal de informação sobre os debates europeus
Sítio web: <http://ec.europa.eu/debate-future-europe/>

Exercício

Experimente os endereços de Internet indicados!

Formem grupos para esse efeito! Cada grupo deve escolher um endereço de Internet e descobrir exatamente as informações e sugestões que aí são disponibilizadas. O que lhes agradou ou não agradou nessas páginas? Em seguida, apresentem os vossos resultados aos outros colegas. Assim, cada um trata de um assunto e, no final, todos saberão de tudo.

Divirtam-se!

Entre em contacto com a União Europeia



EM LINHA

O sítio *web* Europa contém informações em todas as línguas oficiais da União Europeia: europa.eu



PESSOALMENTE

Há centenas de centros de informação sobre a União Europeia espalhados por toda a Europa. Poderá encontrar o endereço do centro mais próximo neste sítio *web*: europedirect.europa.eu



POR TELEFONE OU CORREIO ELETRÓNICO

Europe Direct é um serviço que responde a perguntas sobre a União Europeia. Poderá contactar este serviço por telefone, através do número gratuito **00 800 6 7 8 9 10 11** (alguns operadores de telefonia móvel não permitem o acesso aos números iniciados por 00 800 ou cobram estas chamadas) — se estiver fora da UE, através do seguinte número pago: **+32 22999696** — ou por correio eletrónico via europedirect.europa.eu



LEIA AS PUBLICAÇÕES SOBRE A EUROPA

Bastará um clique para aceder a publicações sobre a União Europeia no sítio *web* EU Bookshop: bookshop.europa.eu

Para obter informações e publicações em português sobre a União Europeia, pode contactar:

Representação da Comissão Europeia

Largo Jean Monnet, 1 - 10.º
1269-068 Lisboa
PORTUGAL
Tel. +351 213509800
comm-rep-lisbonne@ec.europa.eu
ec.europa.eu/portugal

Gabinete do Parlamento Europeu

Largo Jean Monnet, 1 - 6.º
1269-070 Lisboa
PORTUGAL
Tel. +351 213504900
eplisboa@europarl.europa.eu
www.parleurop.pt

Centro de Informação Europeia

Jacques Delors
Rua da Cova da Moura, 1
1300-115 Lisboa
PORTUGAL
+351 211225000
geral@ciejd.pt
www.ciejd.pt

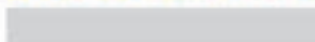
Existem representações ou gabinetes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu em todos os Estados-Membros da União Europeia. Noutros países do mundo existem delegações da União Europeia.

Europa. A Revista do Conhecimento para Jovens

«A Europa não é aqui». Esta afirmação provocadora inaugura o primeiro capítulo da «Revista do Conhecimento para Jovens», publicada pela primeira vez para toda a UE. Naturalmente, estamos mesmo no centro da Europa e a revista visa transmitir aquilo que a Europa significa. Quem governa a Europa, o que significa a União Europeia para o quotidiano das pessoas e qual o rumo do nosso continente num mundo globalizado? Como deverá ser o futuro da Europa? É tudo isto e muito mais que os alunos com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos podem descobrir e trabalhar de forma interativa. Para os professores, está disponível um «Guia do Professor».



Estados-Membros da União Europeia (julho de 2013)



Países candidatos à adesão e países potenciais candidatos à adesão



Serviço das Publicações

ISBN 978-92-79-29221-7



9 789279 292217